



CAMILA GUIMARÃES MELO

**A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA
JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito.

Orientadora:

Doutora Cristina Nogueira da Silva, Professora da Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Maio de 2015



Camila Guimarães Melo

**A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA
JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito.

Orientadora:

Doutora Cristina Nogueira da Silva, Professora da Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Maio de 2015

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Declaração Anti plágio

Declaro que a Dissertação apresentada é da minha exclusiva autoria e toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente identificada.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

À minha mãe, meu pai e minha irmã.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Cristina Nogueira da Silva, pelo apoio, pela paciência e pelo auxílio sempre pontuais e imprescindíveis para a realização desta dissertação.

À Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, seu corpo docente, direção e divisão acadêmica, por ter me proporcionado essa experiência maravilhosa de aprendizado.

Ao Mario Drumond, pelas contribuições a esta pesquisa, que possibilitaram o desenvolvimento do estudo realizado.

À minha mãe, minha grande amiga e meu maior exemplo, pela paciência, dedicação e carinho nos momentos em que mais precisei, tornando essa jornada acadêmica ainda mais especial.

Ao meu pai e minha irmã, que sempre me incentivaram e me deram todo o apoio necessário para que eu pudesse realizar os meus sonhos.

Aos queridos amigos que fiz no decorrer da vida e que sempre me motivaram e tornaram a minha vida mais feliz.

Ao Dexter, pelo carinho genuíno e pelas belas recordações.

Modo de Citar

(i) Na primeira citação, as obras são identificadas pelo nome do autor seguido do título integral da obra em itálico, volume, edição, local de publicação, editora, ano civil e a indicação de página ou páginas especificamente citadas. Os artigos constantes de publicações periódicas são identificados pelo nome do autor, título do artigo entre aspas, título da publicação em itálico, número e ano da publicação e a indicação de página ou páginas especificamente citadas. Os artigos publicados em obras coletivas são identificados pelo nome do autor, seguido do título do artigo entre aspas, nome da obra em itálico, nome do (s) coordenadores (s) /editor (es) da obra, volume, local de publicação, editora, ano civil e a indicação de página ou páginas especificamente citadas. Se as obras apenas estiverem disponíveis na internet, indicar-se-á o sítio onde as mesmas estão disponíveis on-line.

(ii) Nas citações seguintes, as obras são identificadas pelo nome do autor e pelo título, à qual se segue pela abreviatura “cit.” e a indicação da página ou páginas (podendo haver ainda referência a volumes ou tomos, quando tal se justifique). Esta regra aplica-se independentemente de se tratar de monografias, manuais, comentários, artigos em publicações periódicas ou contributos para obras coletivas.

(iii) Na primeira citação, as decisões de tribunais brasileiros são identificadas pela jurisdição e órgão judiciário competente, número, partes envolvidas, relator, local e data da publicação. Nas citações seguintes, as decisões de tribunais são identificadas pela jurisdição e/ou órgão judiciário competente e número do processo, seguidas pela abreviatura “cit.”.

(iv) Na primeira citação, os documentos legislativos são identificados pela jurisdição, título, número e data da publicação. Nas citações seguintes, os documentos legislativos são identificados pela jurisdição e número, seguidos pela abreviatura “cit.”.

(v) Nas referências bibliográficas, as obras encontram-se listadas em ordem alfabética de acordo com o último nome do autor.

vi) O trabalho foi redigido em língua portuguesa de acordo com a variante em uso no Brasil e conforme as regras estabelecidas no mais recente acordo ortográfico.

Lista de Abreviaturas

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

CPB – Código Penal Brasileiro

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OJ – Orientação Jurisprudencial

STF – Supremo Tribunal Federal

TRF – Tribunal Regional Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

Declaração de caracteres

Declaro que o corpo da tese ou dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de
196.739 caracteres.

RESUMO

Este estudo analisa, a partir da pesquisa bibliográfica e do exame jurisprudencial, a caracterização do trabalho análogo ao de escravo na perspectiva da jurisprudência dos tribunais brasileiros. Após a alteração do artigo 149º do Código Penal Brasileiro, introduzida pela Lei nº 10.803/2003, que tipifica a prática da escravidão contemporânea no Brasil, persiste a divergência jurisprudencial quanto aos aspectos caracterizadores da prática em questão. Atualmente, os tribunais utilizam a interpretação mais ampla do conceito de trabalho escravo contemporâneo, em que o crime se caracteriza pela prática de uma das condutas previstas no tipo penal: o trabalho com restrição da liberdade, a submissão a jornadas exaustivas, as condições degradantes de trabalho e a servidão por dívidas. A prática de uma das situações descritas no tipo penal é suficiente, portanto, para configurar o crime. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil não é caracterizado somente pela restrição à liberdade do trabalhador, como ocorre nas hipóteses do trabalho forçado ou da servidão por dívidas, mas também por meio da submissão do trabalhador a situações que afrontam a dignidade humana. A liberdade individual e a dignidade da pessoa humana, fundamentos da Constituição Federal Brasileira, são os bens jurídicos tutelados pelo referido tipo penal. A escravidão contemporânea não se limita à prática de simples infrações trabalhistas, mas representa uma grave violação dos direitos humanos dos trabalhadores envolvidos.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Trabalho forçado. Dignidade da Pessoa Humana. Jurisprudência brasileira. Direito do Trabalho.

ABSTRACT

Based on bibliographical research and the analysis of court rulings, this study investigates the characterization of slave-like labor by Brazilian courts. After the alteration of article 149 of the Brazilian Penal Code, introduced by Law nº 10.803/2003, which typifies the practice of contemporary slavery in Brazil, divergent characterizations of this practice remain. The courts currently employ the broadest concept of contemporary slave labor, in which the crime is characterized by the engagement in one of the following conducts established as a criminal offense: labor with the restriction of freedom, submission to exhaustive working conditions, degrading working conditions, and debt bondage. The engagement in one of the above is therefore enough to constitute a crime. Contemporary slave labor in Brazil is not characterized only by the restriction of the worker's freedom, as in the case of forced labor or debt bondage, but also through the submission of the workers to situations that offend their human dignity. Individual freedom and the dignity of the human person, fundamental tenets of the Brazilian Federal Constitution, are juridical resources safeguarded by law. Contemporary slavery is not limited to the mere infringement of labor laws, but represents a severe violation of the human rights of the workers involved.

Keywords: Contemporary slave labor. Forced labor. Dignity of the human person. Brazilian court rulings. Labor Law.

INTRODUÇÃO

A escravidão, que esteve presente em diversos contextos e períodos da história da humanidade, foi uma instituição sempre problemática e, por isso, muitas vezes combatida na história da civilização ocidental, principalmente nos séculos XIX e XX. Atualmente, mais de um século após a assinatura da Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão em terras brasileiras, em 13 de maio de 1888, milhares de indivíduos ainda se encontram reduzidos às condições análogas às de escravos no Brasil e no mundo.

A escravidão contemporânea, apesar de não se equiparar ao regime escravocrata vivenciado nos séculos passados, também é capaz de ofender os preceitos contemporâneos básicos da dignidade humana e os princípios basilares das relações laborais, transformando o trabalhador em um mero instrumento do processo econômico de produção.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, estima-se que aproximadamente 21 milhões de pessoas no mundo ainda estejam submetidas à prática do trabalho forçado, que se verifica principalmente na região da Ásia, da África e da América Latina. Segundo a Organização, o trabalho forçado gera lucros ilegais de aproximadamente 150 bilhões de dólares ao ano na economia privada mundial.

Diante desse contexto, é importante mencionar que o governo brasileiro foi um dos primeiros a admitir, em âmbito internacional, a existência da prática de trabalho escravo contemporâneo em seu território. Em 8 de março de 2004, o país declarou, perante a Organização das Nações Unidas, a existência de aproximadamente 25 mil trabalhadores em condições análogas às de escravo no país. Contudo, as estatísticas oficiais recentes demonstram que a prática da escravidão contemporânea no território brasileiro é ainda mais frequente nas relações atuais de trabalho, apesar dos avanços ocorridos na legislação nacional em relação à proteção da dignidade humana do trabalhador.

Os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego indicam que no período entre 1995 e 2014 foram resgatados mais de 47 mil trabalhadores em condições análogas às de escravos no território brasileiro, demonstrando a real dimensão da gravidade dessa prática no país.

De acordo com a legislação brasileira em vigor, é crime “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer

sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”, conforme dispõe o artigo 149º do Código Penal Brasileiro, em consonância com a nova redação trazida pela Lei nº 10.803/2003.

Nesse contexto, vale ressaltar que se considera trabalho análogo ao de escravo, de acordo com a nova redação disposta pelo artigo 149º do CPB, a submissão do trabalhador a trabalhos forçados, a jornadas exaustivas, a condições degradantes de trabalho e a servidão por dívidas.

É importante observar que a nova redação do tipo penal, ao definir a prática criminosa, adota conceitos como “jornadas exaustivas” e “condições degradantes de trabalho”, considerados conceitos abertos e subjetivos por parte da doutrina e dos tribunais brasileiros, impondo dificuldades na uniformização do conceito de trabalho escravo contemporâneo no país. Esse entrave conceitual prejudica o entendimento uniforme acerca da caracterização da prática em si e a consequente punição dos empregadores e aliciadores que contratam trabalhadores nessas condições

Acrescente-se, ainda, que há igual divergência jurisprudencial no que se refere à necessidade, ou não, de se considerar a restrição da liberdade do trabalhador elemento essencial para a caracterização do crime em questão. Nesse sentido, torna-se importante analisar os diferentes posicionamentos existentes no ordenamento jurídico brasileiro sobre a questão.

A presente dissertação se propõe a analisar a jurisprudência dos tribunais brasileiros à luz do artigo 149º do Código Penal do Brasil e responder à seguinte questão: como os tribunais brasileiros, a partir de suas decisões, têm caracterizado o crime de redução do trabalhador à condição análoga à de escravo?

Em relação à metodologia, convém destacar que foi utilizado o método qualitativo de pesquisa. O estudo foi realizado a partir da observação documental, da pesquisa bibliográfica de artigos científicos, obras especializadas, doutrina jurídica, legislação brasileira e, principalmente, pelo exame jurisprudencial relacionado ao tema apresentado. O trabalho apresenta, de forma compilada, o entendimento dos tribunais brasileiros e de renomados juristas a respeito da conceituação do trabalho escravo contemporâneo, com o intuito de apresentar o posicionamento jurídico sobre a questão.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Os acórdãos apreciados neste trabalho foram selecionados a partir de dois critérios principais, sendo o primeiro relacionado à representatividade jurisdicional dos tribunais brasileiros, e o segundo referente à descrição pormenorizada dos acórdãos em relação aos aspectos caracterizadores da prática estudada.

Dessa forma, convém destacar que todas as decisões analisadas nesta dissertação foram proferidas por Tribunais Regionais, por Tribunais Superiores ou pelo Supremo Tribunal Federal. As referidas Cortes possuem área de jurisdição regional (com esfera de atuação federal e que julgam ações provenientes de vários estados do país), ou de âmbito nacional. Os Tribunais Regionais ou Superiores possuem uma abrangência jurisdicional mais ampla que os Tribunais locais. Pretende-se, dessa forma, analisar as decisões mais representativas das Cortes brasileiras em relação ao tema estudado.

Ademais, dentre os acórdãos provenientes dos principais tribunais brasileiros, optou-se pela análise das decisões que apreciaram a matéria de forma mais detalhada e aprofundada, sendo estas decisões utilizadas pelos tribunais locais ou pela doutrina jurídica como referência na caracterização da escravidão contemporânea no Brasil.

Este trabalho está organizado em seis capítulos, sendo que o capítulo inicial aborda as questões referentes ao conceito contemporâneo de trabalho escravo, por meio da análise da escravidão sob a perspectiva histórica, bem como em relação ao conceito de trabalho forçado utilizado pela Organização Internacional do Trabalho e à caracterização do trabalho análogo ao de escravo de acordo com a legislação brasileira.

Nos capítulos seguintes, foi realizada uma análise mais detalhada sobre cada uma das hipóteses que englobam o trabalho em condições análogas às de escravo no Brasil: o trabalho com restrição da liberdade, a jornada exaustiva, o trabalho em condições degradantes e a servidão por dívidas.

Nesse sentido, o capítulo 2 trata das particularidades acerca da interpretação jurisprudencial dos tribunais brasileiros em relação à caracterização do trabalho com restrição de liberdade, apresentando os elementos caracterizadores do referido tipo. O capítulo 3, por sua vez, promove o exame dos requisitos estipulados pela jurisprudência brasileira para a configuração do trabalho em condições degradantes, uma das formas de execução que caracterizam a escravidão contemporânea no Brasil.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

O capítulo 4 investiga o posicionamento dos tribunais brasileiros acerca do conceito de jornada exaustiva e seus respectivos elementos caracterizadores. O capítulo 5 examina a prática da “servidão por dívidas”, apontada entre as formas mais comuns de escravidão contemporânea no Brasil.

Em seguida, o capítulo 6 analisa o julgamento do Inquérito nº 3.412 de Alagoas pelo Supremo Tribunal Federal, com o intuito de elucidar os aspectos caracterizadores da escravidão contemporânea no Brasil sob o prisma da Lei nº 10.803/2003.

Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre o tema, os resultados obtidos com a investigação realizada e as conclusões acerca da questão suscitada na pesquisa.

CAPÍTULO I – O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

1.1 O trabalho escravo: perspectiva histórica

O trabalho sempre fez parte da história humana, apresentando-se a partir de diferentes formas e contextos, de acordo com a cultura e o desenvolvimento de cada civilização. Como ensina Mozart Russomano, “o Direito do Trabalho é de formação legislativa e científica recente. O trabalho, porém, é tão antigo quanto o homem”¹.

Importante ressaltar que, conforme as formas de trabalho e os processos produtivos se modificaram ao longo da história, o trabalho prestado no passado, e principalmente no período anterior à Revolução Industrial, não era tal qual o sistema laboral que conhecemos atualmente².

O trabalho escravo esteve presente em várias culturas no decorrer da história da humanidade, sendo esta prática verificada na formação das primeiras grandes civilizações, como a dos Sumérios, a dos Egípcios e a dos povos da Mesopotâmia³. Não obstante as formas de escravidão vivenciadas anteriormente apresentem características muito distintas entre si, assim como também em relação ao trabalho escravo que ainda se verifica em nossos dias, é certo que, à luz da sensibilidade contemporânea, guardam muitas semelhanças. A escravatura, independentemente da época e do contexto em que foi presenciada, representa, segundo a concepção contemporânea, um fenômeno de violação à dignidade da pessoa humana, de restrição da autonomia do trabalhador e de redução deste à condição de mera força de trabalho⁴. Nesse sentido, Danielle Riegermann preceitua que:

Conhecer o passado das relações de trabalho certamente é uma forma de reconhecer os pilares das relações laborais atuais. Os conflitos nas relações de trabalho, ao longo dos tempos, contribuíram para a melhoria das condições de trabalho e emprego, mas certamente não extirparam a escravidão e tampouco trouxeram o almejado equilíbrio nas relações empregatícias.⁵

¹ RUSSOMANO, Mozart Victor, *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 9.

² BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho: trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2013, p. 14.

³ DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos, *Situações análogas ao trabalho escravo: reflexos na ordem econômica e nos direitos fundamentais*. 1ª ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2014, p. 21.

⁴ VASCONCELOS, Beatriz Ávila, “O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma antiga ao Brasil contemporâneo”. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende, DE SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (Organizadores), *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 179.

⁵ DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos, *Situações análogas ao trabalho escravo*, cit., p. 23.

Desse modo, estudar a escravidão vivenciada nos séculos passados, como na Antiguidade Clássica e, principalmente, no período colonial europeu, verifica-se importante para uma melhor compreensão do trabalho escravo contemporâneo⁶.

Convém salientar que na Antiguidade (período que se estendeu desde a invenção da escrita – 4000 a. C. a 3500 a. C. – até o início da Idade Média – século V), o trabalho representava submissão ou punição, sendo que os vencidos em batalhas e guerras eram escravizados. Neste período, entre 15 e 35 por cento da população de Atenas e aproximadamente 1/3 da população de Roma era constituída por escravos⁷. O homem considerado culto era aquele que era rico e ocioso, sendo a escravidão tida como justa e necessária⁸. Nos dizeres de Aristóteles (384 a.C – 322 a.C):

Por conseguinte, aqueles homens que se diferenciam entre si, tanto quanto a alma se diferencia do corpo ou o homem do animal (e têm esta disposição aqueles cuja actividade consiste em fazer uso do corpo, e isto é a melhor coisa que podem dar) são escravos por natureza, e para eles é melhor estarem sujeitos a esse tipo de autoridade, se dermos crédito às distinções acima referidas. É um escravo por natureza aquele que pode pertencer a outro (e é esta a razão por que pertence de facto) e também aquele que participa da razão o suficiente para a aprender sem, contudo, a possuir [...] Quanto à utilidade, escravos e animais domésticos pouco diferem; prestam ambos auxílio ao corpo, na medida das nossas necessidades. É intenção da natureza modelar os corpos dos homens livres de modo diferente dos corpos dos escravos, atribuindo a uns a força necessária para os trabalhos pesados e dando a outros a postura erecta e tornando-os impróprios para esse gênero de trabalhos, mas tornando-os aptos para a vida de cidadão. [...] É óbvio, então, que uns são livres e outros escravos, por natureza, e para estes a escravidão é não só adequada como também justa.⁹

Aristóteles, apesar de condenar a escravidão por convenção, resultante de contratos ou conquistas, considerava aceitável, e até mesmo desejável, o que denominou de “escravatura natural”, sendo que, de acordo com o filósofo, esta subordinação se justificava pela própria natureza e pela suposta “incapacidade de certos homens governarem a si mesmos”¹⁰.

⁶ VASCONCELOS, Beatriz Ávila, *O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma antiga ao Brasil contemporâneo*, cit., p. 179.

⁷ WALVIN, James, *A short history of slavery*. Londres: Penguin Books, 2007, p. 8.

⁸ JORGE NETO, Francisco Ferreira, *Direito do Trabalho*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 4.

⁹ ARISTÓTELES, *Política*. Edição bilíngüe. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes; Introdução de Mendo Castro Henriques. Lisboa: Vega, 1998, pp. 63-65.

¹⁰ Ibidem, p. 21.

A escravidão na Roma antiga foi pautada, principalmente, em decorrência de guerras, crimes ou dívidas¹¹. Uma pessoa só nasceria escrava caso a sua mãe, no momento do parto, assim também fosse considerada¹².

Nos dizeres de Lévy Bruhl, “em Roma, como em outros lugares, o escravo é um ser privado de direito. Do ponto de vista jurídico é uma coisa ou, se se prefere, um animal”¹³. O Direito Romano Civil previa uma categoria comum, em que se podiam classificar tanto animais quanto escravos, a saber, a categoria das *res mancipii* ou *mancipia*, da qual faziam parte os objetos de propriedade passíveis de compra e venda¹⁴. Entretanto, não obstante o escravo em Roma Antiga fosse muitas vezes concebido como “coisa” ou “objeto”, já lhes haviam sido reconhecidos alguns direitos, principalmente na esfera criminal, a exemplo da possibilidade do escravo responder por possíveis delitos cometidos¹⁵.

Na Idade Média, a partir do século V, com o advento do feudalismo, prevaleceu a figura do trabalho servil. Ressalta-se que o servo era visto como “pessoa”, apesar de se encontrar em uma situação de relevante dependência para com o senhorio, pois tinha que entregar parte de sua produção obtida em troca de abrigo, alimentos, proteção política e militar¹⁶. A relação pode ser observada como uma “troca” de garantias. Ao servo cabia o direito, dentre outros, de ocupação e uso da terra, sendo este direito usualmente transferível aos seus herdeiros. Já ao senhor feudal cabia o direito de usufruir de parte do produto dessa terra por meio das obrigações que o servo lhe devia¹⁷. Em relação à concepção de dignidade no contexto da Europa medieval e moderna, convém destacar os dizeres de António Manuel Hespanha:

Esta ideia de que todos os seres se integram, com igual dignidade, na ordem divina, apesar das hierarquias aí existentes, explica a

¹¹ CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa, *A escravidão romana entre os séculos III a.C e I d.C e a sua reflexão pelos pensadores dos séc. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL: http://www.academia.edu/1787155/Escravid%C3%A3o_na_Roma_Antiga_Slavery_in_Ancient_Rome_and_its_reflection_in_the_eighteenth_and_nineteenth_century>.

¹² PALO NETO, Vito, *Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2006. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/UWBJBFAGHHHH.pdf>>.

¹³ LÉVY-BRUHL, Henry, *Quelques problèmes du très ancien droit romain: essai de solutions sociologiques*. Paris: Domat-Montchrestien, 1934, pp. 16-17.

¹⁴ VASCONCELOS, Beatriz Ávila, *O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma antiga ao Brasil contemporâneo*, cit., p. 180.

¹⁵ ROSSI, Rafael Alves, *As revoltas de escravos na Roma antiga e o seu impacto sobre a ideologia e a política da classe dominante nos séculos II a.C. a I d.C*. Tese de Mestrado. Niterói, UFF, 2011, p. 49.

¹⁶ DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos, *Situações análogas ao trabalho escravo*, cit., pp. 21-22.

¹⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Machione, *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 51.

especialíssima relação entre humildade e dignidade que domina o pensamento social e político da Europa medieval e moderna. O humilde deve ser mantido na posição subordinada e de tutela que lhe corresponde, designadamente na ordem e governo políticos. Mas a sua aparente insignificância esconde uma dignidade igual à do poderoso. E, por isso, o duro tratamento discriminatório no plano social (na ordem da natureza, do direito) é acompanhada de uma profunda solicitude no plano espiritual (no plano da graça, da caridade, da misericórdia). Este pensamento [...] explica, ao lado das drásticas medidas de discriminação social, jurídica e política dos mais humildes (*miserabiles personae*, pobres, mulheres, viúvas, órfãos, rústicos, indígenas africanos ou americanos), a protecção jurídica e a solicitude paternalista dos poderes para com eles, protecção que incluía uma especial tutela do príncipe sobre os seus interesses: foro especial, tratamento jurídico mais favorável (favor), por exemplo em matéria de desculpabilização, perante o direito penal, de prova, de presunção de inocência ou de boa-fé.¹⁸

Ressalta-se que, embora o sistema feudal e a servidão prevalecessem na Europa medieval, a escravidão ainda era uma prática comum na Europa mediterrânea e na África¹⁹.

A partir do século XV, com o advento do período das grandes navegações e, posteriormente, com o descobrimento das Américas, a escravidão adquiriu novos atributos com o comércio de negros africanos ou de nativos das regiões conquistadas²⁰.

Considerado por muitos historiadores como o mais vasto sistema de escravidão organizado na história, o novo regime de trabalho escravo surgiu como uma necessidade do capital comercial. A exigência de uma produção em larga escala e de baixo custo, que compensasse os altos valores investidos, principalmente na grande produção açucareira, fez com que a mão de obra escrava fosse largamente utilizada nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil²¹.

Em relação ao Brasil, convém salientar que houve desde o início a tentativa de subjugar a população indígena nativa, no entanto, a forma de exploração laboral que predominou em todo o período colonial e império acabou por ser a da escravidão africana. Sobre esse novo “sistema laboral” instituído no período colonial, James Walvin acentua:

Something like twelve million Africans were loaded on to slave ships. It is a staggering historical phenomenon, the horror of it hardly diminished by the global human tragedies of the twentieth century. [...] The Africans caught in this trade were the human pawns in a massive commercial system which was driven forward by the widely accepted belief that slaves were things, not people: chattels, not humanity. Grotesque to the

¹⁸ HESPANHA, António Manuel, *Cultura Jurídica Européia*, pp. 79-80.

¹⁹ PALO NETO, Vito, *Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo*, cit.

²⁰ DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos, *Situações análogas ao trabalho escravo*, cit., p. 22.

²¹ PALO NETO, Vito, *Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo*, cit.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

modern mind, such a view, for all its contradictions and confusions, was the necessary philosophy which underpinned the whole Atlantic business.²²

O tráfico de escravos, aos poucos, se expandiu, e pessoas oriundas de várias regiões da África, a exemplo de Moçambique, Congo e Angola, foram escravizadas e vendidas por quase todo o território brasileiro, principalmente em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O estudo da historiografia brasileira referente ao sistema escravocrata no período colonial demonstra, de forma clara, que a escravidão praticada em solos brasileiros e americanos apresenta contornos peculiares, capazes de comprovar uma realidade bastante complexa, a exemplo do que indicam os registros extremos, mas sintomáticos, dos casos em que os próprios ex-escravos acabaram por tornarem-se donos de outros escravos, dentre outras situações específicas que têm sido sistematicamente estudadas pela historiografia brasileira²³.

É importante acentuar que, já em meados do século XVIII, paralelamente a todos os acontecimentos que ocorriam no Brasil, as relações de produção foram profundamente alteradas pelo início da Revolução Industrial, fator que, juntamente com outras variáveis de natureza ideológica, foi preponderante para o fim da escravidão²⁴.

Ao passo que a luta pelo trabalho digno passou a ser primordial e, como produto da reação da classe trabalhadora contra a utilização sem limites do trabalho humano, o Direito do Trabalho surgiu com o intuito de criar mecanismos de controle e proteção às relações laborais²⁵.

Entretanto, ainda que, na primeira metade do século XIX, houvesse uma maior valorização da ideia de liberdade e de igualdade, e dos direitos do homem de uma forma geral, sendo estes princípios muitas vezes consagrados nas Constituições de vários países à época, vários Estados ainda permitiam a prática da escravidão em seus territórios, a exemplo da Inglaterra (até 1833), França (até 1848) e Portugal (até 1869). Nessa

²² WALVIN, James, *A short history of slavery*, cit., p. 68.

²³ Por uma questão de economia de espaço e de tempo, não desenvolveremos o estudo dessa questão neste trabalho. V. Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980” em *Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos*, vol. 14, nº 26, 2009, pp. 7-47. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/45/47>.

²⁴ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente*, cit., p. 16.

²⁵ BONFIM, Vólia, *Direito do Trabalho*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

perspectiva, surgiu um importante dilema: como exprimir a presença do regime escravocrata em textos constitucionais que tinham como pressuposto doutrinal o princípio de que a liberdade era um direito individual “anterior”?²⁶

Com o intuito de contornar esse paradoxo, os Estados encontraram soluções e alternativas que pudessem explicar a permanência da escravidão enquanto se discutiam os direitos e a cidadania. Em França, por exemplo, se estabeleceu que a primeira Constituição (1791) não se aplicaria às colônias. Nos Estados Unidos e em Espanha, os textos constitucionais faziam distinção entre os homens livres e os homens não livres. Ademais, em França, em Espanha e em outros países europeus, foi consagrado nas Constituições o princípio de que as colônias deviam ser regidas por “leis especiais”, sendo que, nesses casos, havia a consagração de um regime jurídico especial a ser aplicado nas colônias que ainda mantinham a prática da escravidão²⁷. Em Portugal, o problema foi colocado durante a primeira Assembléia Constituinte (1821-1822), sendo que a resposta do Estado português foi a omissão da escravidão nos textos constitucionais, mencionando a palavra “escravo” apenas para se referir aos libertos, ou seja, aos escravos que alcançassem a alforria. A omissão nos textos constitucionais portugueses seria explicada pelo entendimento de que a escravidão era um fenómeno necessário, no entanto, temporário²⁸. Portanto, não haveria a necessidade de se falar de escravos na Constituição, tendo em vista que tal situação seria transitória.

A concepção de que a escravidão era um estado necessário, mas transitório para a civilização dos povos também norteou o pensamento utilitarista de Jeremy Bentham (1748-1832) e de John Stuart Mill (1806-1873)²⁹. De acordo com o entendimento de Bentham, “as relações escravagistas, às quais o legislador não pode por fim de um só golpe, vão desaparecer lentamente, dissolvidas pelo tempo, pela marcha da liberdade que, sendo lenta, não é menos segura”³⁰. Nesse sentido, de acordo com o autor, “todos os progressos do espírito humano, da civilização, da moral, da riqueza pública, do comércio envolvem, a pouco e pouco, a recuperação da liberdade individual”³¹.

²⁶ SILVA, Cristina Nogueira da, “Escravidão e Direitos Fundamentais no século XIX”. In *Africana Studia, Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14, 2010, p. 232.

²⁷ *Ibidem*, pp. 234-236.

²⁸ *Ibidem*, p. 233.

²⁹ *Ibidem*, p. 245.

³⁰ DUMOND, E. (ed.), *Oeuvres de Jeremy Bentham*. 3.^a ed. Bruxelas: Société Belge de Librairie, 1840, p. 104.

³¹ *Ibidem*.

A defesa do regime escravocrata foi, ainda assim, sustentada pelas mais variadas doutrinas dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, Maria do Rosário Pimentel afirma que para os escravocratas:

A escravatura era um bem vantajoso tanto a brancos como a negros e, por isso, era necessário salientar os aspectos positivos de que se revestia e pôr a claro o que consideravam ser o utopismo abolicionista. Para tal, não hesitaram em expor os seus cálculos econômicos, as suas análises políticas e sociais, as suas especulações religiosas e genéticas, as suas interpretações jurídicas, os seus sentimentos humanitários, revestidos por vezes de engenhosas, mas nem sempre convincentes, construções mentais. Através da sua argumentação "humanitária", procuravam provar que aqueles que depreciativamente designavam por "philosophes", "philanthropes" ou "nigrophiles", desconheciam a verdadeira realidade da escravidão e que a sua atitude abolicionista, para além de ser um acto antieconómico, era também um acto anti-humanitário, de consequências desastrosas, quer para brancos quer para negros.³²

Ao tempo que algumas correntes tentavam encontrar justificativas para a permanência da escravatura, outras exigiam a abolição dessa prática e a adoção do trabalho livre e assalariado³³. Em relação à permanência do regime escravocrata, James Walwin acentuou: *"Concede the African's humanity, and the system unravelled. And that is exactly what began to happen, in the late eighteenth century, when voices of moral, religious (and economic) dissent began to challenge the idea of the slave as commodity"*³⁴. Convém mencionar que os ingleses, pioneiros do capitalismo industrial, não pouparam esforços para que o trabalho escravo fosse logo substituído pelo trabalho assalariado.

A partir da terceira década do século XIX, vários países decretaram o fim da escravidão em seus territórios. Conforme já se referiu, a escravidão na Inglaterra e em suas colônias foi abolida em 1833 (*Slavery Abolition Act*); em França e em suas colônias em 1848; e em Portugal e suas respectivas colônias em 1869, sendo que o estatuto dos libertos vigorou até 1875.

No que se refere ao Brasil, que se tornou país independente em 1822, convém destacar que o processo abolicionista ocorreu de forma gradual. Nos dizeres de Jaci Maria de Menezes, "o processo abolicionista no Brasil, desenvolvido ao longo de mais de um século, passou por etapas e fases que vão se sucedendo ao influxo das contradições e

³² PIMENTEL, Maria do Rosário, "A pretensa justificação humanitária da escravidão: <o escravo da força> e o <escravo da fome>", in *Revista da FCSH*, vol. 2, nº 8, p. 229, 1995.

³³ BAZZAN, Felipe Tancini, *Trabalho escravo contemporâneo*. Ribeirão Preto: UniCOC, 2006, p. 15.

³⁴ WALVIN, James, *A short history of slavery*, cit., p. 68.

conflitos entre os proprietários e seus representantes e os diversos atores a favor da extinção da escravidão”³⁵.

Durante este lento processo abolicionista, convém ressaltar dois marcos que foram muito importantes para promover o fim da escravidão no Brasil: a Lei de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós), que proibiu definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil; e a Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre)³⁶. Finalmente em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, o escravo deixou de ser visto como propriedade do senhor e a escravatura foi abolida no país.

No entanto, o fim da escravidão não promoveu, de imediato, a inserção dessa nova classe de cidadãos na sociedade brasileira, tampouco resultou na imediata melhoria de qualidade de vida dos antigos escravos³⁷. Nessa perspectiva, Carolina Moura ressalta:

Os ex-escravos continuavam a viver miseravelmente, sem escolaridade, sem qualificação profissional, perpetuando a sua não integração no mercado de trabalho e sofrendo discriminação racial. [...] Desde então, o Brasil é um país dividido, não só socialmente como também financeiramente, e a sua vasta territorialidade faz com que essa diferença se torne mais assídua.³⁸

As sequelas da escravidão permanecem marcadas até hoje nos costumes e nas relações econômicas e laborais do povo brasileiro. Não obstante o regime escravocrata ter sido legalmente extinto no Brasil em 1888, a utilização da mão de obra escrava ainda é uma realidade neste país.

³⁵ MENEZES, Jaci Maria Ferraz de, “Abolição no Brasil: A construção da liberdade”, in *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, nº 36, 2009, pp. 83-104.

³⁶ LOPES, José Reinaldo de Lima, *O direito na história: lições introdutórias*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 341.

³⁷ MOURA, Carolina, “Formas de combate ao trabalho escravo”. In AMARANTE, João Armando Moretto; WEISZFLOG, André (Coordenadores), *Direito humanos em movimento*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 50.

³⁸ *Ibidem*.

1.2 O trabalho forçado e a Convenção nº 29 da OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), tem desempenhado um papel de relevante importância na promoção do trabalho digno, sendo a erradicação do trabalho forçado um dos principais objetivos estratégicos da Organização³⁹.

Importante destacar que a OIT reforçou o seu compromisso no combate ao trabalho forçado em 1930, a partir da Convenção nº 29, que foi suplementada pela Convenção nº 105, em 1957⁴⁰. A Organização adotou um novo Protocolo, em 2014, respaldado por uma Recomendação, com o intuito de atualizar a Convenção nº 29 no que se refere às medidas de combate ao trabalho forçado e à proteção das vítimas⁴¹.

A Convenção nº 29 da OIT, aprovada na 14ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra – 1930), que versa sobre a abolição do trabalho forçado, entrou em vigor no plano internacional em 1º de maio de 1932. A Convenção preceitua que a supressão do trabalho forçado deve ser realizada no mais breve espaço de tempo pelos Membros que a ratificaram⁴². O artigo segundo, por sua vez, define o trabalho forçado como “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”⁴³.

Pode-se afirmar, portanto, que o livre exercício da vontade é a característica principal do conceito de trabalho forçado determinado pela OIT. Verifica-se a existência de trabalho forçado, nos termos da Convenção nº 29, quando o empregado não pode decidir, de forma espontânea, pela aceitação do trabalho ou ainda, a qualquer tempo, pela sua permanência no emprego⁴⁴.

³⁹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *História da OIT*. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.oit.org.br/content/hist%C3%B3ria>>.

⁴⁰ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Combate ao trabalho escravo: perguntas e respostas*. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/faq/index.php>.

⁴¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *OIT adota novo Protocolo para combater as formas modernas de trabalho forçado*. [Consult. 12 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-adota-novo-protocolo-para-combater-formas-modernas-de-trabalho-forcado>>.

⁴² ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1930. [Consult. 11 Fev. 2015]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.oit.org.br/node/449>> .

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente*, cit., p. 74.

A Convenção nº 29 da OIT também estabeleceu algumas situações que não seriam abrangidas pelo conceito de trabalho forçado estabelecido na época, a exemplo do serviço militar obrigatório, do trabalho em contexto de cumprimento de decisão judicial, do trabalho em situação de força maior ou calamidade pública, dentre outras modalidades laborais⁴⁵.

De acordo com Cristina Rodrigues, “ao contrário de muitas outras convenções, o texto é muito desenvolvido e circunstanciado quanto às situações de exceção em que o trabalho forçado pode ser considerado legítimo”⁴⁶.

Em 1957, com o advento da Convenção nº 105, que complementou a Convenção nº 29, a OIT instituiu a proibição geral em relação à prática do trabalho forçado, de modo a não mais estabelecer exceções à prática.

Pode se afirmar que o trabalho forçado é todo o labor exercido com “ofensa ao direito de liberdade do trabalhador que, por meio de coação física ou moral, fraude ou artifícios ardilosos, é impedido de extinguir a relação trabalhista”⁴⁷. O trabalho forçado engloba, de uma forma ampla, diversas espécies de exploração laboral, dentre as quais se destacam a servidão por dívidas, o trabalho infantil forçado, a exploração sexual comercial forçada, o trabalho forçado estabelecido por militares e o trabalho forçado decorrente do tráfico de pessoas⁴⁸.

No Relatório Global sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho (Genebra-2005), a OIT ressaltou:

O trabalho forçado não pode simplesmente ser equiparado a baixos salários ou a más condições de trabalho. Tampouco cobre situações de mera necessidade econômica, por exemplo, quando um trabalhador não tem condições de deixar um posto de trabalho devido à escassez, real ou suposta, de alternativas de emprego. Trabalho forçado representa grave violação de direitos e restrição da liberdade humana, conforme definido nas convenções da OIT sobre a matéria. [...] Em todas as sociedades há risco de flagrantes formas de trabalho forçado, em que tanto as vítimas quanto os impositores do trabalho forçado podem ser identificados. Nesses casos, os criminosos devem ser punidos com todo o rigor da lei.

⁴⁵ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho*, cit.

⁴⁶ RODRIGUES, Maria Cristina Fernandes, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Tese de Doutorado. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2012.

⁴⁷ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*. São Paulo: LTr, 2011, p. 135.

⁴⁸ Ibidem.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

As vítimas devem ser amparadas por leis, políticas e programas, ser devidamente reabilitadas e ter trabalho com adequada remuneração.⁴⁹

Na opinião de Cristina Fernandes, “ambas as convenções sobre trabalho forçado (Convenções nº 29 e 105) se contam entre as normas que colheram até hoje o maior número de ratificações, o que é compreensível à luz dos princípios que consagram”⁵⁰. Contudo, a autora alerta que:

Esta adesão maciça às duas convenções não correspondem proporcionalmente às acções concretas postas em marcha no terreno por parte da OIT ou de outras organizações internacionais, porque se acreditava que a escravatura e o trabalho forçado eram práticas que iriam desaparecendo com o tempo. Se assim é, genericamente, quanto ao trabalho forçado assente na discriminação racial, o mesmo não acontece com o trabalho forçado nas prisões, ou com o tráfico de seres humanos para exploração sexual ou ainda com as condições de trabalho dos domésticos, o que concede actualidade às convenções sobre trabalho forçado nas últimas décadas.⁵¹

No que se refere ao tratamento desta matéria no Brasil, é importante mencionar que o país ratificou a Convenção nº 29 em 1957, por intermédio do Decreto nº 41.721/1957, sendo que a sua vigência nacional ocorreu a partir de 1958. A Convenção nº 105, por sua vez, foi ratificada pelo Estado brasileiro e promulgada pelo Decreto nº 58.822 em 1965, com vigência nacional a partir de junho de 1966⁵².

De acordo com um estudo divulgado pela OIT em 2014, estima-se que o trabalho forçado na economia privada mundial gera lucros ilegais de aproximadamente 150 bilhões de dólares ao ano, sendo que, deste montante, cerca de 99 bilhões de dólares são referentes à prática de trabalho forçado sexual e 51 bilhões de dólares são frutos da utilização do trabalho forçado doméstico, na agricultura ou em outros setores, como construção, mineração e manufatura⁵³.

Cumpre também destacar que, segundo a estimativa da OIT, aproximadamente 21 milhões de pessoas no mundo são vítimas de trabalho forçado, sendo 10% vítimas do trabalho

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ RODRIGUES, Maria Cristina Fernandes, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*, cit., p. 168.

⁵¹ Ibidem.

⁵² CORTEZ, Julpiano Chaves, *Trabalho escravo no contrato de emprego e os direitos fundamentais*. São Paulo: LTr, 2013, pp. 19-20.

⁵³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Lucro e pobreza: A economia do trabalho forçado*. [Consult. 12 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/apresenta%C3%A7%C3%A3ogenebra%20%5Bcompatibility%20mode%5D_1136.pdf>.

imposto pelo Estado; 22% vítimas da exploração sexual forçada e 68% vítimas do trabalho forçado em outros setores. A prática do trabalho forçado concentra-se principalmente na região da Ásia (estima-se que existam mais de 11 milhões de vítimas na região), da África (3,7 milhões de vítimas) e da América Latina (aproximadamente 1,8 milhão de vítimas)⁵⁴.

Percebe-se, então, que o trabalho forçado é um fenômeno atual e que tem crescido no contexto de um processo de globalização desigual, sendo esta prática presente não apenas nos setores informais dos países mais pobres, mas também em grandes e modernas empresas, nacionais, multinacionais e em suas cadeias produtivas⁵⁵.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ ABRAMO Laís; MACHADO Luiz, “O combate ao trabalho forçado: um desafio global”. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende; DE SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (Organizadores), *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 60.

1.3 O trabalho análogo ao de escravo de acordo com a legislação brasileira

Não restam dúvidas de que, dentre todas as formas de exploração laboral, a utilização do trabalho em condição análoga à de escravo é considerada uma das práticas mais graves. A escravidão contemporânea não atenta apenas contra os princípios mais elementares do Direito do Trabalho, mas também contra a condição humana do trabalhador, ferindo os preceitos contemporâneos básicos da dignidade do homem.

Ainda que muitos países tenham unido esforços com o intuito de coibir o trabalho em tais condições, esta forma de exploração laboral ainda é uma realidade recorrente em diferentes regiões do mundo, conforme vimos anteriormente⁵⁶.

O Brasil foi um dos primeiros países a admitir, em âmbito internacional, a existência do trabalho escravo contemporâneo em seu território. Em 8 de março de 2004, o governo brasileiro declarou, perante a ONU, a existência de aproximadamente 25 mil trabalhadores em condições análogas às de escravo no país⁵⁷. Todavia, as estatísticas mais recentes demonstram a real dimensão desta prática no Brasil.

Os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego indicam que no período entre 1995 e 2014 foram resgatados mais de 47 mil trabalhadores em condições análogas às de escravos no país. A cada dia, em média, mais de cinco trabalhadores vítimas da escravidão contemporânea são resgatados no território brasileiro. Dados oficiais mostram ainda que, no período entre 2009 e 2014, Minas Gerais apresentou o maior índice de trabalhadores resgatados (2.000 trabalhadores), seguido do Pará (1.808), de Goiás (1.315), de São Paulo (916) e de Tocantins (913)⁵⁸.

⁵⁶ LIMA, Firmino Alves, “A jurisprudência sobre a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil”. In NOCCHI, Andrea Saint Pastous, et al (Coord.), *Trabalho Escravo Contemporâneo: O desafio de superar a negação*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2011, pp. 198-199.

⁵⁷ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. SAKAMOTO, Leonardo (Coord.), *Trabalho escravo no Brasil do século XXI*, 2006. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_seculo_xxi_315.pdf>.

⁵⁸ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Quadro Geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE 1995 a 2013* [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <[URL:http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf)>.

O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

As atividades econômicas que mais utilizaram a mão de obra escrava foram: a construção civil; a agricultura; a pecuária; a extração vegetal e a produção de carvão⁵⁹.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, apesar da intensificação das ações realizadas pelo governo federal no combate ao trabalho escravo contemporâneo, verificou-se uma redução, nos últimos anos, no número de trabalhadores resgatados no país⁶⁰.

Segundo Verena Glass, a pressão da sociedade civil no Brasil e no exterior, aliada às ações de resgates de trabalhadores nos últimos anos, resultou em um aumento na preocupação das empresas com o combate à utilização do trabalho análogo ao de escravo em suas cadeias produtivas⁶¹.

Atualmente, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) dispõe de diversos dispositivos que visam à coibição do labor análogo ao de escravo: art. 1º, II, III e IV (dispõem como fundamentos do Estado à cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa); art. 3º, I, III e IV (constitui como objetivos principais do Estado a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação); art. 4º II (estabelece o Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos); art. 5º, III (prevê que ninguém será submetido à tortura nem à tratamento desumano ou degradante); art. 7º, XXII, XXVIII (reconhece como direitos dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança); art. 170º, III (estabelece a função social da propriedade); art. 186º, III, IV (dispõe que a função social da propriedade é cumprida quando são observadas as disposições que regulam as relações trabalhistas e o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores) e art. 193º (determina que a ordem social tenha como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais)⁶².

De acordo com a legislação brasileira, a prática de redução à condição análoga à de escravo constitui crime, nos termos do artigo 149º do Código Penal Brasileiro (CPB). A

⁵⁹ AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS, *Governo resgatou 1590 do trabalho escravo em 2014*. Publicado em 30 de Janeiro de 2015. [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/governo-resgatou-1590-do-trabalho-escravo-em-2014/> >.

⁶⁰ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Quadro Geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo*, cit.

⁶¹ PYL, Bianca, *Número de libertados diminui, registra Pastoral da Terra*, 2011. [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <<http://www.repórterbrasil.org.br/exibe.php?id=1968>>.

⁶² DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos, *Situações análogas ao trabalho escravo*, cit., p. 41.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

atual redação do dispositivo legal, em consonância com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.803, em 11 de dezembro de 2003, dispõe como crime:

Art. 149º. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.⁶³

Considera-se trabalho análogo ao de escravo, dessa forma, a submissão do empregado a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho e a servidão por dívidas.

Em caso de violência contra o trabalhador, o agente responderá, cumulativamente, pelo crime de redução à condição análoga à de escravo e pelo crime correspondente à violência⁶⁴.

De acordo com o entendimento atual dos tribunais brasileiros, o crime em questão consuma-se com a prática de uma das condutas descritas no art. 149º do CPB, sendo desnecessária a presença concomitante de todos os elementos do tipo para que ele se concretize.

Convém lembrar que o artigo 149º do CPB, antes de ser modificado pela Lei nº 10.803/2003, era um tipo penal descrito de forma muito sintética, estabelecendo que constituía crime “reduzir alguém à condição análoga à de escravo”, sem fazer maiores

⁶³ BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. Decreto-Lei nº 2848/1940 [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>.

⁶⁴ Ibidem.

referências à caracterização da prática⁶⁵. Com a nova redação, trazida pela Lei nº 10.803/2003, o tipo penal passou a ser definido de forma mais analítica, explicitando os modos de execução do crime em questão, conforme verificamos⁶⁶.

Entretanto, ainda persiste a discussão, nos âmbitos doutrinário e jurisprudencial, em relação aos aspectos caracterizadores do crime em questão⁶⁷.

A atual norma penal, ao definir a prática criminosa, adota conceitos como “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho”, considerados conceitos abertos e subjetivos por parte da doutrina e dos tribunais brasileiros, dificultando a caracterização uniforme do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Há igual divergência no que se refere à necessidade, ou não, de se considerar a restrição de liberdade do trabalhador um elemento caracterizador do tipo penal. Nesse sentido, é importante compreender os diferentes posicionamentos existentes no ordenamento jurídico brasileiro que abordam essa questão.

Ressalta-se que a prática da escravidão contemporânea no Brasil está prevista unicamente na legislação penal, ainda que o conceito seja utilizado também em outras áreas do Direito. Pode haver, de forma paralela, o andamento do processo na esfera criminal⁶⁸, com o intuito de julgar aqueles que se beneficiaram dessa prática, podendo culminar até mesmo na prisão dos acusados; bem como na esfera trabalhista, com o intuito de indenizar os trabalhadores pelos danos sofridos, o que pode resultar em indenizações pecuniárias em favor das vítimas.

As ações seguem as normas processuais de seus respectivos Tribunais e são julgadas de forma independente, podendo ocorrer a caracterização do trabalho escravo na Justiça do Trabalho e simplesmente a não configuração do crime na esfera penal, e vice-versa.

Ainda assim, é necessário compreender que a prática em questão diz respeito a um único fato e, portanto, é importante que a caracterização do trabalho escravo

⁶⁵ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*. São Paulo: LTr, 2014, pp. 46-47.

⁶⁶ Antes da alteração do tipo penal, em 2003, havia a posição majoritária de que a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo estava baseada unicamente no princípio da liberdade, sendo que o crime se caracterizaria somente quando a liberdade do trabalhador fosse cerceada.

⁶⁷ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*, cit., p. 45.

⁶⁸ A competência para julgar, na esfera penal, a prática prevista no artigo 149º do CPB é da Justiça Federal

contemporâneo, seja na instância penal seja na trabalhista, ocorra da forma mais uniforme possível, evitando-se, assim, interpretações divergentes entre si⁶⁹.

Em relação aos bens tutelados pelo tipo penal, cumpre mencionar que o atual posicionamento dos tribunais brasileiros considera que a redução do trabalhador à condição análoga à de escravo não consiste em uma violação apenas da liberdade do trabalhador, mas também representa uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento do ordenamento jurídico brasileiro⁷⁰.

Conforme a opinião de Livia Miraglia:

Pode-se inferir que o trabalho escravo contemporâneo é aquele que se realiza mediante a redução do trabalhador a simples objeto de lucro do empregador. O obreiro é subjugado, humilhado e submetido a condições degradantes de trabalho e, em regra, embora não seja elemento essencial do tipo, sem o direito de rescindir o contrato ou de deixar o local de labor a qualquer tempo.⁷¹

Ainda de acordo com o entendimento da autora, a interpretação do conceito legal de trabalho em condições análogas à de escravo deve ter uma abrangência maior, com o intuito de garantir a tutela plena desses trabalhadores e a efetiva punição dos empregadores que praticam o ilícito⁷².

Convém mencionar que as denúncias referentes à prática de trabalho escravo contemporâneo no Brasil podem ser apresentadas por qualquer cidadão que tenha conhecimento da prática do crime em uma das unidades do Ministério do Trabalho e Emprego ou nos demais órgãos e instituições componentes da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

A partir das investigações realizadas no local de trabalho pelo Ministério Público Federal, junto com a Polícia Federal, verificando-se presentes os indícios de autoria e materialidade do crime, o órgão deverá promover ação judicial na esfera criminal com o intuito de responsabilizar os autores do crime⁷³.

⁶⁹ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente*, cit., p. 67.

⁷⁰ Ao se analisar a “liberdade” do obreiro, é necessário que se observe também o grau de domínio que o empregador exerce sobre o trabalhador, isto é, a sujeição que o primeiro impõe ao segundo.

⁷¹ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., p. 131.

⁷² Ibidem, p. 132.

⁷³ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, *Área de atuação: trabalho escravo*. [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <[http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/area_de_atuacao/trabalho_escavo](http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/area_de_atuacao/trabalho_escravo)> .

Atualmente, os trabalhadores resgatados em situações análogas à de escravo podem pleitear o recebimento de determinados benefícios: o acesso ao crédito público pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (linha de financiamento especial para que os trabalhadores rurais resgatados possam comprar um imóvel rural); o recebimento de seguro-desemprego (os trabalhadores resgatados recebem o seguro-desemprego por três meses); e as indenizações pagas aos libertos (os trabalhadores resgatados deverão receber dos empregadores as verbas salariais a que fazem jus referente à extinção do contrato de trabalho por justa causa do empregador). Além do pagamento das verbas rescisórias, o trabalhador poderá postular, perante o Juízo Trabalhista, uma indenização pelos danos morais sofridos⁷⁴.

Segundo o Ministério Público Federal, existem “dois desafios atuais na persecução criminal da escravidão contemporânea: a impunidade penal e a desproporção entre a pena aplicada e a gravidade do crime cometido”⁷⁵.

De acordo com o levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) junto aos Tribunais Regionais Federais, no período entre 2005 a 2013, foram distribuídos 317 processos judiciais, na esfera criminal, envolvendo a prática de redução à condição análoga à de escravo no Brasil⁷⁶.

No entanto, Xavier Plassat observa que, de “todos os casos de trabalho escravo já flagrados no país, não mais que 10% resultaram em punições na área penal”⁷⁷. De acordo com o entendimento do Coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra:

O que nos tem deixado frustrados até agora é a insuficiência gritante do processamento de crime de trabalho escravo na esfera penal. [...] Não há nem 60 condenações penais. Se compararmos com o número de fazendeiros flagrados, isso não representa nem 5%. No máximo foram 10% de todos os casos.⁷⁸

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *Roteiro de atuação contra a escravidão contemporânea*. Brasília: MPF, 2012. [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.trabalhoescravo.mpf.mp.br/trabalho-escravo/imagens/rot_atua_trabalho_escravo.pdf>.

⁷⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Levantamento do CNJ revela 428 processos por tráfico de pessoas e trabalho escravo no País*. Publicado em 6 de Junho de 2013. [Em linha]. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60261-levantamento-do-cnj-revela-428-processos-por-trafico-de-pessoas-e-trabalho-escravo-no-pais>>.

⁷⁷ TRUFFI, Renan, *Brasil avança na fiscalização, mas não pune nem 10% dos casos de trabalho escravo*, 2012, cit.

⁷⁸ Ibidem.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Segundo Rinaldo Barros, integrante do Grupo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do CNJ, entre as dificuldades enfrentadas pelo Brasil no combate ao trabalho escravo contemporâneo, convém mencionar a morosidade em que as ações judiciais são processadas pela Justiça brasileira e o fato de que a pena prevista para o crime em questão é considerada baixa, tendo em vista os bens tutelados pelo referido tipo penal⁷⁹.

A pena prevista para a prática do trabalho escravo contemporâneo é de dois a oito anos de reclusão e multa. Na maioria dos casos julgados pela Justiça Federal, verifica-se que a pena imposta pelo Juízo varia de dois a quatro anos de prisão, conforme veremos nos acórdãos que serão analisados. Convém destacar que, caso a pena cominada pela prática do trabalho análogo ao de escravo seja inferior a 4 anos, de acordo com os artigos 43º e 44º do CPB, a pena restritiva de liberdade poderá ser convertida em pena restritiva de direitos, a exemplo da prestação de serviços à comunidade ou o pagamento de multas⁸⁰. Segundo o entendimento do Ministério Público Federal:

A desproporção entre a pena aplicada e a gravidade do crime cometido ainda não foi resolvida, mesmo após a reforma penal de 2003. A pena mínima cominada ao crime, que é a mais frequentemente aplicada nas sentenças condenatórias, enseja a aplicação de penas diferentes da pena de prisão. A combinação desses dois resultados da ação penal tem alimentado a percepção social de impunidade, mesmo em caso de condenação. [...] As penas alternativas são inadequadas para punir alguém que escraviza outrem. O fato é que resultados dessa natureza não contribuem para inibir a prática da escravidão contemporânea e desqualifica a persecução penal como instrumento de proteção de direitos humanos.⁸¹

Nesse sentido, é importante comparar a pena prevista para a prática de trabalho análogo ao de escravo em relação às penas previstas para outros crimes estabelecidos na legislação penal brasileira:

CRIME	DESCRIÇÃO	PENAS
Homicídio Simples	Matar alguém – Crime contra a vida.	Reclusão de 6 a 20 anos .

⁷⁹ MOLETTA, Cléber, *Ninguém é preso por trabalho escravo*. Gazeta do Povo, Texto publicado na edição impressa de 10 de junho de 2013.

⁸⁰ De acordo com o artigo 44º do CPB, as penas restritivas de direitos substituem as privativas de liberdade, quando aplicada a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, o réu não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes, dentre outros requisitos. As penas restritivas de direitos são: prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.

⁸¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *Roteiro de atuação contra a escravidão contemporânea*, cit.

O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA

(Art. 121º do CPB)		
Roubo (Art. 157º do CPB)	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa – Crime contra o patrimônio.	Reclusão de 4 a 10 anos e multa.
Moeda Falsa (Art. 289º do CPB)	Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro – Crime contra a fé pública.	Reclusão de 3 a 12 anos e multa.
Redução a condição análoga à de escravo (Art. 149º do CPB)	Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador ou preposto – Crime contra a liberdade individual.	Reclusão de 2 a 8 anos e multa.

Quadro 1 – Quadro comparativo de penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Verifica-se que a pena prevista para a prática de trabalho escravo contemporâneo é menor, por exemplo, do que as penas referentes à falsificação de moedas ou ao roubo, sendo estes crimes contra a fé pública e contra a propriedade, respectivamente.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, as estatísticas “revelam o alto índice de reincidência no crime de exploração de mão de obra escrava no Brasil uma vez que a pouca fiscalização e a sensação de impunidade criam as condições necessárias para que muitos insistam com a prática criminosa”⁸².

Em relação ao perfil dos trabalhadores rurais vítimas da escravidão contemporânea no Brasil, convém ressaltar, de acordo com pesquisa realizada pela OIT, que:

São predominantemente homens adultos com idade média de 31,4 anos, a grande maioria (81%) constituída de negros. A renda média individual

⁸² SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, *Combate ao trabalho escravo*. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/trabalho_escravo>.

declarada pelos trabalhadores é de 1,3 salários mínimos. Em 40,2% dos casos, o entrevistado é o único responsável pela renda da família. Grande parte dos trabalhadores nasceu na Região Nordeste (77,6%). Os locais de procedência (locais de residência) dos trabalhadores são as Regiões Nordeste (57%), Centro-Oeste (23,1%) e Norte (19,9%). A escolaridade dos trabalhadores entrevistados é extremamente baixa: 18,3% são analfabetos e 45% são analfabetos funcionais. O tempo médio de estudo é de 3,8 anos, e 85% deles nunca fizeram qualquer tipo de curso profissional. A escravidão contemporânea no país é precedida, em alta proporção, pelo trabalho infantil: 92,6% dos trabalhadores entrevistados iniciaram sua vida profissional antes dos 16 anos. A idade média em que começaram a trabalhar é de 11,4 anos. A maioria dos trabalhadores (59,7%) já passou anteriormente por situações de trabalho escravo com privação da liberdade. Entretanto, apenas 12,6% deles foram resgatados pelas equipes móveis de fiscalização.⁸³

É importante também enfatizar que o combate ao trabalho escravo contemporâneo requer a participação efetiva dos vários setores da sociedade. É necessário que exista um conhecimento mais aprofundado acerca da referida prática e sobre as formas mais eficazes de combatê-la. Segundo o entendimento da OIT, é necessário que os países “adotem e implementem leis e políticas públicas que transformem as diferentes formas de trabalho escravo em crime, que protejam as vítimas e que providenciem punição adequada aos empregadores”⁸⁴.

Para que haja um melhor entendimento sobre como os Tribunais brasileiros têm caracterizado o trabalho escravo contemporâneo, nos próximos capítulos serão analisados acórdãos que caracterizaram, detalhadamente, cada uma das hipóteses que englobam o trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil: o trabalho com restrição da liberdade, a jornada exaustiva, o trabalho em condições degradantes e a servidão por dívidas.

⁸³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*, 2011. [Consult. 21 Abril de 2015]. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/doc/perfil_completo_624.pdf>.

⁸⁴ Ibidem.

CAPÍTULO II – TRABALHO COM RESTRIÇÃO DA LIBERDADE

O primeiro modo de execução do trabalho em condições análogas à de escravo previsto no artigo 149º, *caput*, do CPB é o trabalho forçado. Conforme o entendimento de Julpiano Chaves, que segue de perto a definição da OIT, acerca da qual já falamos, o “trabalho forçado é a forma ilegal e abusiva de exploração da pessoa, em que há ofensa ao direito fundamental de liberdade, com violação ao princípio da dignidade da pessoa humana”⁸⁵.

De acordo com Débora Neves, o trabalho forçado caracteriza-se pelo cerceamento da liberdade de locomoção do trabalhador, impedindo sua autodeterminação e ignorando a sua vontade⁸⁶.

Em uma primeira análise, o trabalho forçado aparenta ser o modo de execução do tipo penal mais fácil de ser caracterizado. Todavia, algumas questões acerca da sua delimitação conceitual devem ser analisadas.

Em primeiro lugar, é importante compreender como os tribunais brasileiros têm caracterizado a supressão da liberdade dos empregados. Em relação a esse quesito, resta saber quais as formas de restrições que configuram o trabalho forçado. Seriam apenas os casos em que se comprova a impossibilidade de locomoção do trabalhador através do seu encarceramento? Ou uma simples ameaça feita ao empregado já é suficiente para se determinar a prática do labor forçado nos moldes da legislação brasileira?

Com o intuito de compreender melhor como a jurisprudência brasileira tem caracterizado o trabalho forçado, torna-se importante analisar alguns acórdãos em que essa questão foi suscitada.

O primeiro caso a ser apreciado refere-se à Apelação Criminal nº 0006251-28.2002.4.03.6181/SP, interposta no Tribunal Federal da 3ª Região (com jurisdição em São Paulo e Mato Grosso do Sul), em face de sentença que condenou um empregador responsável por uma oficina de corte e costura pela prática do crime descrito no artigo 149º

⁸⁵ CORTEZ, Julpiano Chaves, *Trabalho escravo no contrato de emprego e os direitos fundamentais*, cit., p. 28.

⁸⁶ NEVES, Débora Maria Ribeiro, *Trabalho escravo e aliciamento*. São Paulo: LTr, 2012, p. 49.

do CPB⁸⁷. O referido caso demonstra a típica prática do labor forçado realizado através da coação física dos trabalhadores.

O réu, responsável pela oficina de corte e costura na cidade de São Paulo, foi condenado em 1ª Instância por ter mantido trabalhadores de nacionalidade boliviana, que se encontravam em situação irregular no Brasil, trabalhando sem receber qualquer remuneração, sendo que os empregados eram mantidos durante todo o dia trancados na oficina de costura, sem autorização para sair⁸⁸.

Em razão de apelação, o réu postulou a sua absolvição por insuficiência de provas, bem como alegou ausência do elemento subjetivo consistente no dolo.

Em sede inquisitorial foram colhidos os depoimentos dos empregados bolivianos que foram unânimes em afirmar que não tinham liberdade para deixar o local onde trabalhavam e moravam (eles também residiam na oficina de costura), que era trancado com cadeado, comprovando-se também que eles trabalhavam em jornada exaustiva, apenas com a promessa de pagamento, sendo que este ainda não havia sido concretizado⁸⁹.

Do mesmo modo, os policiais federais que efetuaram a prisão em flagrante do réu, constataram as condições precárias da oficina de costura, conforme exposto em seus relatos:

A única saída do local estava trancada com um cadeado, não possuindo as vítimas a chave do local, sendo que solicitaram a presença de um chaveiro para que abrisse a porta e, ao adentrar ao recinto, constaram que no local realmente funcionava uma oficina de costura, com pessoas submetidas a trabalho forçado, sem liberdade de locomoção, sem condições dignas de trabalho e moradia, trabalhando as vítimas exclusivamente pela alimentação, sendo certo que o réu era o responsável por tal oficina.⁹⁰

De acordo com o posicionamento do Tribunal:

Restou amplamente comprovado que a conduta do apelante acarretou na supressão da liberdade de locomoção das vítimas, agindo, portanto, com nítido intuito de redução do *status libertatis* das vítimas. [...] No mesmo sentido, o fato do réu ter negado que cerceava a liberdade dos trabalhadores da oficina em que era responsável, não são suficientes a elidir a sua responsabilidade. Desta feita, a materialidade do delito restou

⁸⁷ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação Criminal nº 0006251-28.2002.4.03.6181. Apelante: Nelson Yssac Lima Cruz. Apelado: Justiça Pública. Juiz Federal Convocado Leonardo Safi. São Paulo, 17 de outubro de 2011.

⁸⁸ Ibidem, p. 1-2.

⁸⁹ Ibidem, pp. 4-5.

⁹⁰ Ibidem.

amplamente comprovada, não merecendo qualquer reparo o *decisum* guerreado neste sentido. No que tange à alegação de não ter agido o apelante com dolo específico de supressão da liberdade das vítimas, tendo, tão-somente, exercido atividade de cunho empresarial, o argumento não merece prosperar.⁹¹

O Juízo entendeu, então, que “a materialidade do delito restou amplamente comprovada, de acordo com a prova oral e técnica que constaram que no local dos fatos realmente funcionava uma oficina de costura, com pessoas submetidas a trabalho forçado, sem liberdade de locomoção, sem condições dignas de trabalho e moradia, trabalhando as vítimas exclusivamente pela alimentação”⁹².

Diante do exposto, o referido Tribunal, por unanimidade, decidiu manter a condenação do réu referente à pena de dois anos de reclusão, em regime inicial aberto, bem como ao pagamento de dez dias-multa, nos termos do artigo 149º do CPB⁹³.

Ressalta-se que, no decorrer da ação de fiscalização realizada pelo Ministério Público junto à Polícia Federal, os trabalhadores foram imediatamente libertados da situação em que se encontravam e a oficina de costura foi interditada pelo Poder Público. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, os trabalhadores imigrantes, em situação regular ou irregular no Brasil, têm direito ao recebimento das mesmas verbas indenizatórias a que fazem jus os trabalhadores brasileiros vítimas do trabalho escravo contemporâneo⁹⁴.

Ademais, caso o imigrante demonstre a vontade de permanecer no país, os auditores fiscais do trabalho deverão encaminhar ao Ministério da Justiça o parecer para concessão do visto permanente ou permanência no Brasil, de acordo com o que determina a Resolução Normativa nº 93, de 21 de Dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Imigração⁹⁵.

A situação demonstrada no acórdão analisado ocorre com mais habitualidade do que se imagina. De acordo com o governo brasileiro, a maioria dos casos de escravidão contemporânea praticada no meio urbano envolve imigrantes ilegais⁹⁶.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem, p. 7.

⁹³ De acordo com o Código Penal Brasileiro, a pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada pelo juiz na sentença e calculada em dias-multa, não podendo ser superior a cinco vezes o salário mínimo, nos termos do artigo 49º do CPB.

⁹⁴ SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, *Manual de recomendações de rotinas de prevenção e combate ao trabalho escravo de imigrantes*, cit.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

A irregularidade da situação migratória no país é apontada como fator importante da situação de vulnerabilidade em que o imigrante se encontra, o que aumenta o risco de exposição a situações de violação a seus direitos humanos⁹⁷.

Em relação à forma de coação realizada no caso apresentado, convém destacar que se trata de um típico caso de trabalho forçado no qual os empregados eram mantidos presos no local de trabalho, pois não há dúvidas de que a liberdade individual dessas pessoas era restringida.

O próximo caso a ser estudado refere-se ao recurso nº 41.921/PA, interposto por empregador, proprietário de duas fazendas no interior do estado do Pará, condenado a três anos de reclusão por submeter oito trabalhadores rurais a trabalhos forçados⁹⁸.

No caso em questão, verificou-se que o trabalho forçado ocorreu por meio da vigilância armada ostensiva. Ainda que os empregados não estivessem aprisionados no local de trabalho, é certo que eles não interrompiam o exercício das atividades laborais devido ao receio das represálias que poderiam ser realizadas pelo empregador.

O proprietário das fazendas interpôs recurso perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o intuito de postular a sua absolvição, afirmando a inexistência de provas substanciais de materialidade e autoria do crime.

De acordo com os relatos das testemunhas e com as provas documentais colhidas no decorrer do processo judicial, restou-se evidenciada a vigilância ostensiva realizada por funcionários armados, bem como a prática constante de ameaças aos trabalhadores rurais com o objetivo de constrangê-los a não interromperem as atividades nas fazendas do réu.

Nesse sentido, convém destacar o depoimento de uma das testemunhas, que afirmou que os trabalhadores eram ameaçados por funcionários que faziam a segurança armada para que não saíssem da fazenda⁹⁹.

O Tribunal entendeu que as alegações de defesa do acusado não se sustentaram, em face do robusto conjunto probatório constante dos autos, do qual se extrai que a materialidade e autoria do crime foram amplamente comprovadas, não somente por provas testemunhais contundentes, mas também por provas documentais, sendo que todas

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 41.921/PA. Agravante: Aldimir Lima Nunes. Agravado: Ministério Público Federal. Relatora: Exma. Sra. Ministra Laurita Vaz. Brasília, 2 de outubro de 2012.

⁹⁹ Ibidem, p. 5.

demonstravam, de forma inequívoca, que o réu mantinha em suas fazendas trabalhadores em condições análogas a de escravos, por meio da vigilância armada ostensiva¹⁰⁰.

De acordo com o entendimento do STJ:

As evidências reunidas dão conta de que o *status libertatis* dos trabalhadores rurais mantidos pelo acusado foi, de fato, suprimido, uma vez que ficou comprovado que as vítimas eram arregimentadas para laborarem nas fazendas [...] onde eram submetidas a condições deprimentes e indignas para o trabalho, sendo-lhes suprimidos direitos, obrigadas a contraírem dívidas e constrangidas, sob ameaça e violência, a não deixarem as propriedades.¹⁰¹

Em seguida, conforme o entendimento do Tribunal, os empregados do acusado eram submetidos a condições de degradação física e moral, pois eram obrigados a se alojarem em precárias instalações fornecidas pelo réu, expondo os trabalhadores a doenças e a moléstias graves¹⁰².

Conforme o entendimento do Tribunal, restou comprovado que os trabalhadores eram constantemente intimidados e ameaçados na hipótese de encerrarem as suas atividades na fazenda. Essas ameaças eram efetuadas, normalmente, pelos homens que faziam a segurança da fazenda e que usualmente encontravam-se armados¹⁰³.

De acordo com o depoimento prestado em Juízo por um funcionário da Pastoral da Terra, instituição atuante no combate às diversas formas de exploração de trabalho no meio rural, e que tinha conhecimento da situação vivenciada pelos referidos trabalhadores, a violência empregada pelos funcionários das fazendas do réu revelou a periculosidade da situação enfrentada pelos trabalhadores. Em seu depoimento, mencionou que “antes de concluírem os trabalhos, os trabalhadores contratados ficavam impossibilitados de retornarem aos seus lares, ou porque estavam a dever quantias ao empregador, ou em face da distância, até porque algumas fazendas do réu eram muito distantes dos lugares mais próximos, ou até devido à presença de homens armados”.¹⁰⁴

Diante da análise das provas documentais e testemunhais, o STJ concluiu:

¹⁰⁰ Ibidem, p. 6.

¹⁰¹ Ibidem, p. 7.

¹⁰² Ibidem, p. 8.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 11-12.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

O sólido acervo probatório dos autos demonstra que o réu mantinha trabalhadores nas suas fazendas em situações de subjugação e domínio de vontades, mediante a imposição de jornadas laborais exaustivas, submetendo-os a condições degradantes de trabalho e de vida, bem como restringindo a liberdade de locomoção dos empregados [...] com o uso de vigilância armada ostensiva nos perímetros da propriedade, tudo a evidenciar a plena caracterização do tipo penal incriminador previsto no art. 149º do Código Penal.¹⁰⁵

Dessa forma, o Juízo em questão decidiu manter a decisão que condenou o réu a três anos de reclusão e oitenta dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 149º do CPB.¹⁰⁶

Cumprе ressaltar que os trabalhadores foram resgatados pelas equipes de fiscalização do Ministério Público Federal e receberam os benefícios a que fazem jus. O valor pago pelo empregador referente às verbas rescisórias dos trabalhadores foi de aproximadamente oitenta mil reais¹⁰⁷.

O caso apresentado demonstra a limitação da liberdade dos trabalhadores por meio da vigilância ostensiva, que pode ser feita com ou sem o uso de armas, sendo muitas vezes praticada contra os trabalhadores rurais que laboram em regiões geralmente pouco habitadas e de difícil acesso, dificultando uma ação mais eficaz dos grupos de fiscalização.

O próximo caso a ser examinado neste trabalho acadêmico diz respeito à prática de trabalho forçado realizada através da coação psicológica exercida contra imigrantes irregulares no Brasil. Mais uma vez é ressaltada a situação de vulnerabilidade dos imigrantes em situação irregular, tornando-se vítimas usuais do trabalho escravo contemporâneo.

A Apelação Criminal nº 0006339-85.2006.4.03.6000/MS foi analisada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e publicada no Diário Oficial em dezembro de 2012. Segundo a denúncia, o proprietário de uma fazenda localizada na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, recrutava e introduzia, em solo brasileiro, trabalhadores de origem paraguaia, sem a observância das regras legais de imigração¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 13.

¹⁰⁶ Ibidem, pp. 15-16.

¹⁰⁷ SAKAMOTO, Leonardo, *Escravos são encontrados em fazenda de dono de TV na Bahia*, 2011. . [Consult. 7 Abril 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2011/08/31/escravos-sao-encontrados-em-fazenda-de-dono-de-tv-na-bahia/>>.

¹⁰⁸ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação Criminal nº 0006339-85.2006.4.03.6000/MS. Apelantes: Justiça Pública e Ivan Paes Barbosa. Apelados: Os mesmos. Relatora: Desembargadora Federal Ramza Tartuce. São Paulo, 17 de dezembro de 2012.

A acusação sustentou que, para promover o ingresso desses trabalhadores em território nacional, o acusado prometia-lhes emprego em sua fazenda, mediante pagamento de remuneração, sendo certo que, ao chegarem ao local de trabalho, os empregados eram submetidos à vigilância ostensiva sem o uso de armas, não podendo ausentar-se do local de trabalho sem a prévia e expressa autorização do proprietário da fazenda, que constantemente os ameaçava com a possibilidade de denunciá-los à Polícia Federal, face à situação irregular em que os trabalhadores se encontravam¹⁰⁹.

O proprietário da fazenda, em sua defesa, alegou não ter conhecimento de que os trabalhadores contratados eram paraguaios, relatando que a contratação dos funcionários da fazenda não era de sua responsabilidade¹¹⁰.

Entretanto, de acordo com o entendimento do referido Tribunal, as provas documentais e os depoimentos colhidos demonstraram a real intenção do réu em contratar trabalhadores paraguaios em situação irregular no Brasil para a realização de atividades laborais em sua fazenda, bem como o propósito de reduzir esses trabalhadores a condições análogas às de escravos por meio da coação psicológica e moral praticada de forma sistemática pelo proprietário da fazenda.

O funcionário do réu, que era responsável pela segurança da fazenda, afirmou, em depoimento prestado em Juízo, que os funcionários estrangeiros precisavam ter autorização do proprietário da fazenda para saírem do local de trabalho, sendo que para os empregados brasileiros não havia qualquer espécie de restrição. Ademais, reportou que, caso não encontrasse o proprietário da fazenda ou se este não autorizasse a saída, os trabalhadores paraguaios não podiam sair do local de trabalho, sendo que o réu justificava tal atitude com a escusa de que eles não conheciam a região e poderiam se perder. O depoente ainda destacou que sempre havia algum funcionário no portão da fazenda, e que, por motivos de segurança, o portão era mantido trancado¹¹¹.

O Juízo em questão declarou que a materialidade e autoria do delito foram devidamente demonstradas pelos interrogatórios e depoimentos das demais testemunhas que confirmaram que o réu mantinha vigilância ostensiva sobre os paraguaios que prestavam serviços em sua propriedade rural¹¹².

¹⁰⁹ Ibidem, p. 4.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem, p. 6.

¹¹² Ibidem, p. 7.

No mesmo sentido, constata-se o depoimento do Auditor Fiscal do Trabalho que participou da investigação do caso em questão. Em seu depoimento, o auditor declarou:

Que não foram encontrados vestígios de vigilância armada. Que os trabalhadores demonstravam receio de sair [...] em desobediência as normas impostas pelo acusado, tendo em vista a sua situação irregular no país e o receio de serem delatados para a Polícia Federal.¹¹³

Verifica-se, portanto, que os depoimentos levados a efeito nos autos são unânimes em afirmar que os trabalhadores paraguaios eram constantemente vigiados e encontravam-se impedidos de deixar a propriedade do réu sem prévia autorização, ainda que fora do horário de trabalho. Destaca-se ainda que a vigilância foi realizada sem o uso de armas, sendo certo que os trabalhadores imigrantes não interrompiam o exercício das atividades na fazenda devido ao receio de terem a situação imigratória irregular delatada à Polícia Federal.

Dessa forma, o Tribunal em questão concluiu:

Restou claro, portanto, que o réu, ciente de suas atitudes, agindo de maneira livre e desimpedida resolveu cercear a liberdade de locomoção de seus empregados. Nem se diga que referida atitude tinha por fim preservar os funcionários que, eventualmente, pudessem se perder no caminho da fazenda para a cidade. Se assim o fosse, não teria o réu ameaçado as vítimas de denunciá-las à polícia caso desobedecessem as suas ordens.¹¹⁴

Diante do exposto, o Tribunal manteve a condenação do acusado pelo delito previsto no artigo 149º do CPB, nos exatos termos em que foi prevista na sentença inicial, isto é, três anos de detenção e dez dias-multa. Cumpre mencionar que o proprietário da fazenda já figurou como réu pela prática do mesmo crime por pelo menos três vezes. Entretanto, as condenações anteriores resultaram em punições mais brandas, a exemplo de pagamentos de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade.

É importante salientar que, no caso em questão, a simples ameaça de delatar à Polícia Federal a situação irregular em que se encontravam os imigrantes foi suficiente para que o trabalho forçado fosse caracterizado. Devido ao receio das consequências que poderiam enfrentar caso fossem denunciados pelo empregador, os trabalhadores paraguaios se submeteram à exploração laboral praticada pelo proprietário da fazenda, comprovando-

¹¹³ Ibidem, p. 9.

¹¹⁴ Ibidem, p 10.

se a prática do trabalho forçado pela coação psicológica realizada pelo réu contra os trabalhadores.

Diante da análise jurisprudencial, verifica-se que os Tribunais brasileiros têm caracterizado o cerceio à liberdade do trabalhador através de uma perspectiva mais ampla. O trabalho forçado não é composto apenas de situações extremas em que o empregado tem a sua liberdade individual totalmente restringida por meio do uso de correntes ou mediante o seu aprisionamento.

Conforme se verifica, existem diversas formas para forçar o trabalhador a permanecer no exercício da atividade laboral. A ofensa à liberdade do trabalhador pode se caracterizar não somente pela coação física, mas também pela coação psicológica, pela ameaça de punição de natureza financeira e pela retenção de documentos pessoais ou de pertences da vítima¹¹⁵.

A prática do trabalho forçado ocorre, usualmente, de forma concomitante a outras espécies de exploração laboral como a realização do trabalho em condições degradantes ou a submissão do empregado a jornadas exaustivas.

Por fim, convém ressaltar que a obrigatoriedade na prestação dos serviços é a característica determinante desse modo de execução. Em cada caso específico, é necessário analisar se os trabalhadores foram coagidos, de alguma forma, a não interromperem os serviços prestados, sendo que a coação pode ser concretizada por meio de diversas formas e não somente pela coação física. Dessa forma, ao se comprovar que o trabalhador foi constrangido ou obrigado a permanecer no exercício de suas funções laborais, a prática do trabalho forçado, um dos modos de execução previstos no artigo 149º do CPB, é caracterizada.

¹¹⁵ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho*, 93ª Reunião. Genebra: OIT, 2005, pp. 13-17. [Consult. 10 Fev. 2015]. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>.

CAPÍTULO III – JORNADA EXAUSTIVA

A submissão do trabalhador a jornadas exaustivas, de acordo com a ordem estabelecida no artigo 149º do CPB, configura o segundo modo de execução do trabalho em condições análogas à de escravo¹¹⁶.

Mas, afinal, o que são as jornadas exaustivas? Inicialmente, convém entender que a caracterização dessa prática não é uma tarefa fácil, tendo em vista que depende de uma multiplicidade de fatores envolvidos. Conforme compreende Luma Scaff:

É razoável que o intérprete da norma examine as jornadas, não apenas com base na carga de trabalho, pelo número de horas, mas também pelo tipo de labor desempenhado, pela idade, do sexo e de outras características psicológicas. Recomenda-se que o juiz – mesmo quando investido de jurisdição penal – considere as normas trabalhistas específicas sobre o assunto, acrescentando à sua análise as normas de medicina e segurança do trabalho a fim de aproximar os fatos descritos da norma abstrata.¹¹⁷

A Constituição Federal Brasileira estabelece que a jornada normal de trabalho não deve ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (art. 7º, XII), facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares – não excedentes a duas horas diárias e pagas com o acréscimo de 50% em relação ao valor normal da hora laborada, conforme dispõe o art. 59º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O limite estabelecido de duas horas extraordinárias por dia somente poderá ser excedido em caso de necessidade imperiosa, sendo que, mesmo nesses casos, o trabalho exercido não poderá ser superior a doze horas diárias, nos moldes do art. 61º da CLT.

Importante salientar que a jornada laboral compreende o binômio atividade/repouso, sendo que uma jornada de trabalho realizada sem intervalos para descansos, que não respeite o tempo mínimo legal ou sem remuneração poderá ser considerada jornada exaustiva¹¹⁸.

Não obstante a duração da jornada de trabalho seja elemento importante para a caracterização da jornada exaustiva, é importante entender que a jornada excessiva (aquela

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ SCAFF, Luma Cavaleiro de Macedo, *Sistema de proteção dos Direitos Humanos e trabalho forçado: O Brasil e a Organização Internacional do Trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2010, p. 106.

¹¹⁸ Ibidem, p. 107.

que ultrapassa os limites legais) nem sempre será considerada jornada exaustiva, da mesma forma que é possível que a jornada exaustiva esteja caracterizada sem a jornada usual de trabalho seja excedida. A nota típica desta prática é o esgotamento físico e psicológico do trabalhador diante do labor efetuado, independentemente do tempo de jornada realizada¹¹⁹.

Nos termos da Instrução Normativa nº 91, de 5 de Outubro de 2011, editada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, que estabelece orientações em relação à fiscalização do trabalho análogo ao de escravo, a jornada exaustiva é “toda jornada de trabalho de natureza física ou mental que, por sua extensão ou intensidade, cause esgotamento das capacidades corpóreas e produtivas da pessoa do trabalhador, ainda que transitória e temporalmente, acarretando, em consequência, riscos a sua segurança e/ou a sua saúde”¹²⁰.

No Brasil, a submissão de trabalhadores a jornadas exaustivas é observada, principalmente, no trabalho realizado na agroindústria canavieira, nas carvoarias, em oficinas de costuras e nos serviços realizados por profissionais do transporte de cargas¹²¹.

Para uma melhor compreensão de como os tribunais brasileiros têm caracterizado essa prática, torna-se importante analisar alguns acórdãos em que essa questão foi apreciada.

O primeiro acórdão a ser analisado, refere-se ao Processo nº 01447-2011-242-09-00-6, no qual os Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (com Jurisdição no estado do Paraná) analisaram o Recurso Ordinário interposto, em 2013, em que se postulou o reexame da decisão do Juízo *a quo*, referente ao pedido de indenização por danos morais devido ao labor realizado por meio de jornadas exaustivas¹²².

O autor da ação laborou como caminhoneiro para a empresa ré, que atua na área de comércio de produtos agropecuários na região Sul do Brasil e, de acordo com os relatos apurados no decorrer do processo, a sua jornada de trabalho era nitidamente exaustiva. O caminhoneiro alegou que trabalhava “de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, das

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, *Instrução Normativa nº 91*, de 5 de Outubro de 2011. Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências.

¹²¹ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*, cit., p. 73.

¹²² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2ª Turma. Recurso Ordinário. Processo nº 01447-2011-242-09-00-6. Recorrentes: Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. e Márcio Martins Longo. Desembargadora Relatora Marlene T. Fuverki Suguimatsu. Curitiba, 3 de Dezembro de 2013.

5h30m às 23h30m, com 40 minutos de intervalo”¹²³. A jornada diária era de 18 horas e as condições em que o labor era prestado não eram consideradas adequadas, sendo que o trabalhador costumava pernoitar no interior do veículo, sem qualquer condição básica de higiene pessoal.

A empresa ré, em sua defesa, sustentou que a jornada de trabalho em questão não era passível de controle, visto que o trabalho realizado pelo caminhoneiro no transporte de produtos agropecuários representava uma atividade externa. Em relação a esse argumento, o Tribunal entendeu que, não obstante o labor prestado pelo caminhoneiro seja configurado atividade externa, era perfeitamente possível que a empresa realizasse o controle de jornada de trabalho do empregado por meio do rastreador de veículos via satélite (também chamado de tacógrafo). Nesse sentido, o Juízo em questão preceituou:

Constatada a possibilidade de controle e fiscalização, afasta-se a aplicação da norma e, confirmado o labor extraordinário, o trabalhador tem assegurado o direito às horas extras. [...] Deve-se destacar que são considerados controles de jornada não apenas os mecanismos diretos e imediatos, como anotações em cartões de ponto, fichas ou outros registros, mas também aqueles indiretos ou remotos, desde que permitam aferir o efetivo tempo destinado pelo trabalhador à empresa, a exemplo dos tacógrafos, redac, ou outros meios eletrônicos e via satélite.¹²⁴

O Tribunal ainda destacou que “o empregador impõe ao trabalhador um ônus excessivo ao permitir a prestação de serviços por aproximadamente dezoito horas diárias, de segunda-feira a domingo, sendo que exigir ou tolerar a prestação de serviços nessa jornada, impõe ao trabalhador condição indigna de vida, impede o seu direito de gozar do bem-estar e lazer e afasta o trabalhador do seu convívio social e familiar, o que gera danos, especialmente morais e implica o dever de reparação”¹²⁵.

Conforme o entendimento do Juízo em questão, e de acordo com o posicionamento majoritário dos Tribunais brasileiros, não é a simples exigência de horas extras que configura a jornada exaustiva, sendo esta caracterizada pela submissão do trabalhador a uma jornada capaz de causar transtornos físicos e psicológicos, resultando em prejuízo à saúde e à segurança do empregado. Nesse sentido, cabe destacar o teor do referido acórdão:

A exigência de realização de horas extras, ainda que se admita ser capaz de gerar transtornos à vida pessoal do empregado, não leva

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2ª Turma. Recurso Ordinário. Processo nº 01447-2011-242-09-00-6, cit., pp. 5-7.

¹²⁵ Ibidem, p. 1.

necessariamente a concluir que afete algum direito de personalidade de forma mais direta. No entanto, a ré, na hipótese em exame, impôs ao trabalhador um ônus excessivo, pois se constatou que trabalhava por aproximadamente dezoito horas diárias, de segunda-feira a domingo.¹²⁶

Diante do exposto, por unanimidade, os Desembargadores do TRT da 9ª Região condenaram a empresa ré ao pagamento de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) a título de indenização por danos morais decorrentes da submissão do trabalhador a jornadas exaustivas e a condições precárias de trabalho¹²⁷.

Ademais, não há como analisar a submissão de empregados a jornadas exaustivas no Brasil sem citar a situação enfrentada pelos trabalhadores que laboram na agroindústria canavieira. O corte manual de cana tem sido frequentemente associado às más condições de trabalho e, principalmente, à prática da jornada exaustiva, resultando, em casos extremos, na morte de trabalhadores¹²⁸.

A forma de pagamento do corte manual se faz, em sua maioria, pelo valor do metro da cana cortada, induzindo o trabalhador a intensificar o ritmo de trabalho até o limite de sua capacidade física. Em grande parte das usinas de São Paulo, por exemplo, os trabalhadores que não atingirem a média de 9 a 10 toneladas de cana por dia correm o risco de serem demitidos¹²⁹.

Em se tratando da atividade canavieira, a preocupante situação é demonstrada nos relatos da decisão da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com jurisdição em Campinas – São Paulo, ao se julgar ação impetrada por trabalhador canavieiro¹³⁰.

O autor da ação afirmou que foi admitido na função de serviços gerais na lavoura canavieira, laborando na empresa ré por um período superior a um ano, das 6h30 às 16h, com intervalo intrajornada¹³¹ de apenas 30 minutos, de segunda-feira aos sábados,

¹²⁶ Ibidem, p. 25.

¹²⁷ Ibidem, p. 29.

¹²⁸ ALVES, Francisco, “Por que morrem os cortadores de cana?”. In *Revista Saúde e Sociedade*, Vol. 15, n° 3, São Paulo, Set./Dez., 2006, p. 95.

¹²⁹ ALVES, Francisco; NOVAES, José Roberto P., “Precarização e pagamento por produção: a lógica do trabalho na agroindústria canavieira”. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende, DE SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (Organizadores), *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, pp. 105-119.

¹³⁰ BRASIL. Tribunal Regional da 15ª Região. Recurso Ordinário. Processo nº 0001459-52.2011.5.15.0117 Juiz Relator: Fábio Allegretti Cooper. Publicado em 08/03/2013. Campinas, São Paulo.

¹³¹ O intervalo intrajornada consiste no tempo disposto para a alimentação ou repouso do trabalho ao decorrer de uma jornada de trabalho, nos moldes do art. 71º da CLT. O intervalo interjornada refere-se ao

inclusive feriados. Verificou-se, portanto, que a sua jornada de trabalho abrangia 10 horas diárias¹³².

Cumpre salientar que, ainda que tenha havido excesso na referida jornada laboral, o fator determinante para que a jornada exaustiva fosse caracterizada, de acordo com o Tribunal em questão, foi o desgaste físico causado pelo exercício da atividade prestada. Nesse sentido, o Tribunal destacou:

O trabalhador que labora no corte de cana tem de se embrenhar nos eitos, exposto às intempéries do tempo e à radiação solar, por vezes intensa, com emprego de força física e destreza consideráveis, manejando facão incontáveis vezes ao dia, a fim de cortar a cana rente ao solo. [...] O esforço despendido durante este processo, apenas durante a jornada normal, já é sobremaneira estafante. [...] A remuneração, que é baixa, é paga à base da produção, por metro ou tonelada. Desta forma, para fazer frente aos gastos mensais e, até, em um anseio inato, tentar superar as condições que a vida lhe impôs, o trabalhador se vê obrigado a produzir bastante. [...] A realidade tem mostrado que cortadores de cana, ainda quando demasiadamente cansados, têm laborado sobrejornadas a fio no intuito de melhorar o salário, o que tem levado trabalhadores à morte por exaustão.¹³³

O Juízo afirmou que “a Constituição Federal, ao tutelar a saúde (art. 196º), tem como finalidade a proteção da vida humana, como valor fundamental, sendo certo que a proteção constitucional se volta ao resguardo da saúde físico-psíquica do trabalhador enquanto cidadão, tanto é assim que, no inciso XXII do art. 7º, o legislador constituinte instituiu como direito do trabalhador a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”¹³⁴.

Diante do desgaste que a realização do corte manual de cana acarretou à saúde do trabalhador, o Juízo em questão concluiu:

É fato incontroverso que o reclamante trabalhava no corte de cana de açúcar, serviço penoso que exige grande esforço físico, destreza no manejo do facão e movimentação corporal intensa [...] Além de trabalhar sob sol intenso, como em dias de chuva que, na cana queimada, deixa-o impregnando de carvão. O preço do serviço é por metro ou tonelada, cuja remuneração é baixa, exigindo grande produção diária, inclusive com ampliação de jornada, para que no final da semana, quinzena ou mês se

intervalo entre uma jornada e outra de trabalho, que, de acordo com o art. 66º da CLT, deverá ser de no mínimo onze horas, e não deve se confundir com o repouso semanal remunerado realizado preferencialmente aos domingos.

¹³² Ibidem, p. 2.

¹³³ Ibidem, pp. 4-5.

¹³⁴ Ibidem, pp. 15-16.

obtenha uma remuneração um pouco melhor. Todo este esforço é responsável por fadiga e estafa física, tendo levado considerável número de trabalhadores à morte por exaustão. [...] Neste contexto, remunerar o excesso à jornada normal apenas com o adicional não é justo nem razoável.¹³⁵

Com base nos argumentos mencionados, o referido Tribunal reconheceu a prática da jornada exaustiva no caso em questão e majorou o valor da indenização por danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)¹³⁶.

É importante destacar que o Tribunal Superior do Trabalho (TST), órgão de cúpula da Justiça do Trabalho no Brasil e com jurisdição em todo o território brasileiro, tem corroborado o entendimento das decisões supracitadas no que se refere à caracterização da jornada exaustiva.

Em acórdão referente ao processo nº 488-84.2012.5.04.0005, publicado em agosto de 2014, os Desembargadores da 3ª Turma do TST analisaram o pedido de indenização por danos morais em virtude da submissão de um trabalhador a jornadas exaustivas. O processo refere-se ao caso de um trabalhador que laborou por mais de sete anos em um estabelecimento que comercializava produtos derivados de bovinos, suínos e demais animais de corte (açougue), sendo que a sua jornada de trabalho diária era de 14 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sábado, e de 10 horas aos domingos (laborava em dois domingos por mês), com apenas 35 minutos de intervalo interjornada¹³⁷.

O Juízo em questão, ao examinar o caso, corroborou o entendimento de que não é a simples ocorrência das horas extras que caracteriza a submissão do empregado a jornada exaustiva. Nesse sentido, o Tribunal afirmou que “não é o cumprimento de horas extraordinárias que gera direito à indenização por dano moral, mas sim de uma jornada exaustiva e por longo período, incompatível com a qualidade de vida protegida juridicamente”¹³⁸.

Entretanto, de acordo com o Juízo, “a jornada cumprida pelo autor, no caso concreto dos autos, não foi apenas extensa, mas visivelmente exaustiva, sendo evidente que ninguém poderá desenvolver outros projetos ou relações, fora do ambiente de trabalho,

¹³⁵ Ibidem, p. 1.

¹³⁶ Ibidem, p. 18.

¹³⁷ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 3ª Turma. Agravo de Instrumento. Processo nº 488-84.2012.5.04.0005. Agravante: WMS Supermercados do Brasil Ltda. Agravado: Rogério Camargo. Ministro Relator Alexandre Agra Belmonte. Brasília, 27 de Agosto de 2014.

¹³⁸ Ibidem, p. 3.

cumprindo uma jornada de 14 horas diárias de trabalho de segundas-feiras aos sábados e de 10 horas em dois domingos por mês durante mais de sete anos”¹³⁹.

O órgão máximo da Justiça Trabalhista brasileira entendeu que a jornada exaustiva se caracterizou diante do abalo físico, psicológico e moral ocasionado ao trabalhador¹⁴⁰.

Dessa forma, a 3ª Turma do TST, por unanimidade, entendeu que o empregado foi submetido a uma jornada exaustiva de trabalho e, por este motivo, teve direito ao recebimento do valor equivalente a R\$ 29.842,54 reais por danos morais¹⁴¹.

Por fim, convém reportar que a Justiça Federal, que analisa a submissão do trabalhador a jornada exaustiva de trabalho, sob a perspectiva criminal, também tem assumido idêntico posicionamento em relação à caracterização dessa prática, conforme se verifica no exame da próxima decisão.

Conforme Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (jurisdição nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul), publicado em dezembro de 2014, ao analisar o caso de onze trabalhadores que laboravam na confecção e montagem de cochos em uma fazenda em Mato Grosso do Sul, diante os relatos de péssimas condições de trabalho e de jornadas de trabalho prolongadas e comprovadamente extenuantes, concluiu-se pela condenação dos empregadores ao crime previsto no artigo 149º do CPB¹⁴².

No caso apresentado, “as jornadas de trabalho diárias giravam em torno de 11 horas, valendo destacar que os trabalhadores não gozavam de descanso semanal e trabalhavam até mesmo nos feriados, pois, do contrário, o dia não seria pago”. Constatou-se, também, que os trabalhadores laboravam por um longo período a céu aberto, sob o sol, sem as condições básicas de higiene e segurança no trabalho, tornando a atividade laboral ainda mais desgastante¹⁴³.

Por esse motivo, o Tribunal concluiu que, no caso apresentado, ao se verificar a realização da jornada laboral extenuante, bem como a ocorrência das condições degradantes de trabalho, não há que se falar em fragilidades de provas para a imputação do crime previsto no artigo 149º do CPB. O Juízo em questão decidiu manter a condenação

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 1.

¹⁴¹ Ibidem, pp. 7-8.

¹⁴² BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação criminal nº 0006554-90.2008.4.03.6000. Apelantes: Rubens Saab Boabaid Rovedo e Wagner Luis Dantas. Apelado: Justiça Pública. Desembargadora Federal Relatora: Cecília Mello. São Paulo, 16 de Dezembro de 2014.

¹⁴³ Ibidem, pp. 4-5.

dos empregadores à prática do referido crime e à “pena individual de dois anos de reclusão em regime inicial aberto e dez dias multa, no valor de um salário mínimo, sendo a pena privativa de liberdade substituída por prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e multa”¹⁴⁴.

É importante destacar que para ocorrer a caracterização da prática de jornada exaustiva, é essencial que o Juízo examine detalhadamente as condições laborais a que os trabalhadores foram submetidos, analisando a possível ocorrência, no caso em questão, do esgotamento físico e psicológico do trabalhador.

Nesse sentido, convém mencionar que as condições laborais, em cada caso concreto, devem ser analisadas cuidadosamente pelos agentes de fiscalização do Ministério Público Federal. Após a realização da perícia no local de trabalho e do colhimento dos depoimentos dos trabalhadores resgatados e demais testemunhas, o grupo de fiscalização elabora um relatório oficial expondo os aspectos técnicos e pormenorizados acerca da atividade prestada e as suas especificidades, evidenciando as condições de trabalho a que os trabalhadores eram submetidos¹⁴⁵.

Dessa forma, o Magistrado, em cada caso concreto, tem acesso às informações necessárias acerca das condições laborais às quais os trabalhadores eram submetidos, permitindo uma melhor percepção da possível caracterização do crime previsto no artigo 149º do CPB.

Por fim, ressalta-se que a jurisprudência brasileira tem adotado posicionamento uniforme no que se refere à caracterização da jornada exaustiva de trabalho, sendo esta considerada como o período de labor diário que extrapola as regras da legislação trabalhista, esgotando física e psicologicamente o trabalhador. Evidenciou-se também que a simples ocorrência de horas extraordinárias não é suficiente para ensejar a caracterização da prática em questão, tornando-se essencial a comprovação do exaurimento físico e/ou psicológico do trabalhador¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 1.

¹⁴⁵ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Brasileira. *Manual de recomendações de rotinas de prevenção e combate ao trabalho escravo de imigrantes*, cit.

¹⁴⁶ MASSON, Cléber, *Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 556.

CAPÍTULO IV – TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES

O trabalho em condições degradantes constitui o terceiro modo de execução do crime previsto no artigo 149º do CPB. A prática em questão é responsável por grande parte dos casos em que o trabalho análogo ao de escravo é caracterizado nos tribunais brasileiros. Ainda assim, de acordo com Brito Filho, o trabalho em condições degradantes é o modo de execução que mais suscita dúvidas quanto aos seus aspectos caracterizadores. De acordo com o autor, para compreender esse modo, o esforço há de ser maior, tendo em vista que “são inúmeros os elementos que indicarão a sua existência”¹⁴⁷.

Pode-se afirmar, então, que o trabalho em condições degradantes caracteriza-se pela prática de diversos elementos irregulares que configuram a precariedade do trabalho e das condições de vida sob às quais o trabalhador é submetido¹⁴⁸.

O princípio da dignidade da pessoa humana serve como fator diferencial ao se determinar a caracterização do trabalho em condições degradantes¹⁴⁹. O referido princípio encontra-se consolidado no art. 1º, III, da CRFB, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e do Estado Democrático de Direito:

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Ibidem, p. 79.

¹⁴⁸ REPÓRTER BRASIL. *Trabalho Escravo Contemporâneo: 20 anos de combate (1995-2015)*. São Paulo, 2015, p. 2. [Consult. 16 Abril 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/folder20anos_versaoWEB.pdf>.

¹⁴⁹ ANDRADE, Denise Lapolla de Paula Aguiar, “A Lei n. 10.803/2003 e a nova definição de trabalho escravo – diferenças entre trabalho escravo, forçado e degradante”. In *Revista do Ministério Público do Trabalho*, São Paulo, março, v. 15, n. 29, 2005, p. 81.

¹⁵⁰ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)* [Em linha]. [Consult. 16 Abril 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, consolidada na Lei Maior, importante ressaltar o entendimento de Ricardo Freire Soares:

A dignidade da pessoa humana está erigida como princípio fundamental da Constituição brasileira, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos direitos e garantias fundamentais, como cânone constitucional que incorpora as exigências de justiça e dos valores éticos, como suporte axiológico e teleológico a todo o sistema jurídico brasileiro [...] o sentido ético-jurídico do princípio da dignidade da pessoa humana se traduz pela preservação da igualdade, pelo impedimento à degradação e “coisificação” da pessoa e pela garantia de um patamar material satisfatório para a subsistência do ser humano.¹⁵¹

A Carta Magna desempenha função essencial na valorização do indivíduo ao elevar os direitos do trabalhador e a dignidade da pessoa humana à posição de direitos fundamentais constitucionalmente garantidos¹⁵².

O trabalho prestado em um ambiente saudável é outra preocupação da Lei Maior, sendo previsto em disposições do artigo 7º, incisos XXII e XXIII, especialmente para os trabalhadores e, de forma genérica, no artigo 225º.

Acerca da concretização do trabalho decente, Brito Filho acentua:

Não há trabalho decente sem condições adequadas à preservação da vida e da saúde do trabalhador. [...] Não há trabalho decente sem justa remuneração pelo esforço despendido. [...] Não há, por fim, trabalho decente se o trabalhador não está protegido dos riscos sociais, parte deles originada do próprio trabalho humano. [...] Trabalho decente, então, é um conjunto mínimo de direitos do trabalhador que corresponde: ao direito ao trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais. Negar o trabalho nessas condições, dessa feita, é negar os Direitos Humanos do trabalhador e, portanto, atuar em oposição aos princípios básicos que os regem, principalmente o maior deles, a dignidade da pessoa humana.¹⁵³

Em relação à caracterização do trabalho em condições degradantes, torna-se necessário compreender em quais situações o descumprimento das normas trabalhistas é capaz de evidenciar a condição degradante de labor. Em relação a esse aspecto, algumas dúvidas devem ser suscitadas: o descumprimento às normas trabalhistas pode ser, de alguma

¹⁵¹ SOARES, Ricardo Maurício Freire, *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: em busca do direito justo*. São Paulo : Saraiva, 2010, pp. 210-211.

¹⁵² MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., p. 61.

¹⁵³ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente*, cit., p. 55.

forma, “tolerado”? Quais os limites que, uma vez ultrapassados, são suficientes para caracterizar a condição degradante de trabalho?

É comum o entendimento de que o trabalho em situação degradante traduz um conceito aberto, permitindo a total discricionariedade do magistrado para a sua caracterização. Essa percepção, todavia, é equivocada.

Caberá ao Juízo, em face de cada caso concreto e em consonância com o princípio da proporcionalidade e demais princípios informadores do ordenamento jurídico pátrio, sopesar as provas e avaliar a existência de trabalho em condições degradantes. No entanto, ao julgar um caso em que existam indícios da prática do trabalho em condições degradantes, é necessário que o Juízo realize uma análise cautelosa para averiguar se, de fato, as irregularidades trabalhistas encontradas são suficientes para atentar contra a dignidade humana do trabalhador e, portanto, caracterizar as condições de trabalho degradantes¹⁵⁴.

Ainda que a legislação brasileira não especifique as situações que são capazes de qualificar o trabalho em condições degradantes, a doutrina e a jurisprudência já apresentam entendimento consolidado acerca dos aspectos caracterizadores desse modo de execução.

É importante acentuar que o não cumprimento eventual dos direitos trabalhistas não caracteriza o trabalho em condições degradantes. É preciso que ocorra a reiteração da conduta, de modo que a violação dos direitos fundamentais mínimos do trabalhador seja prática constante ou permanente naquele determinado contexto laboral¹⁵⁵.

Com base na amplitude do tema e na sua relevância atual, a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, definiu, através de orientação, o que deve ser considerado trabalho em condições degradantes:

Orientação 4 - Condições degradantes de trabalho são as que configuram desprezo à dignidade da pessoa humana, pelo descumprimento dos direitos fundamentais do trabalhador, em especial os que se referem à higiene, saúde, segurança, moradia, repouso, alimentação, ou outros relacionados a direitos de personalidade, decorrentes de sujeição que, por qualquer razão, torne irrelevante a vontade do trabalhador.¹⁵⁶

¹⁵⁴ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., p. 151.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 150.

¹⁵⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Cartilha *O trabalho escravo está mais próximo do que você imagina*, pp. 42-43.

O autor Marcello Ribeiro Silva apresenta uma das mais completas definições sobre o referido modo de execução:

O trabalho em condições degradantes é caracterizado por condições subumanas de trabalho e de vivência; pela inobservância das normas mais elementares de segurança e saúde no trabalho, de forma a expor o obreiro a riscos à sua saúde e integridade física [...] pelo não fornecimento ou fornecimento inadequado de alimentação, alojamento e água, quando o trabalhador tiver que ficar alojado durante a prestação dos serviços; pelo não recebimento de salários ou retenção salarial dolosa; pela submissão dos trabalhadores a tratamentos cruéis, desumanos ou desrespeitosos [...] enfim, por atos praticados pelo empregador ou prepostos que, flagrantemente, violem o princípio da dignidade da pessoa humana, por impor condições laborais inaceitáveis. Assim, haverá trabalho em condições degradantes quando, independentemente de o serviço ser prestado voluntariamente pelo trabalhador, houver abuso na sua exigência pelo tomador dos serviços.¹⁵⁷

A partir da análise jurisprudencial, poderemos compreender melhor em quais situações e de que forma o trabalho em condições degradantes tem sido reconhecido pelos tribunais brasileiros.

O primeiro acórdão a ser apreciado é o Inquérito 3.564/MG, julgado em 2014, referente ao pedido de reexame de denúncia criminal pela submissão de trabalhadores às condições degradantes de labor¹⁵⁸. Em virtude da prerrogativa de foro do acusado, que era deputado federal à época em que a denúncia foi realizada, coube ao Supremo Tribunal Federal, órgão da mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro, julgar o caso e determinar se a denúncia criminal deveria ser recebida, caso as evidências obtidas na investigação fossem suficientes para concretizar a materialidade e a autoria do crime¹⁵⁹.

De acordo com a denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal, a empresa atuante no setor sucroalcooleiro (produtora de açúcar e álcool) localizada em Minas Gerais, administrada pelo denunciado, que também exercia o mandato público como deputado federal no momento em que a denúncia foi realizada, submeteu mais de duzentos trabalhadores rurais às condições degradantes de trabalho. Conforme os relatos obtidos na denúncia, o deputado federal e os demais prepostos da empresa aliciaram e convenceram

¹⁵⁷ SILVA, Marcello Ribeiro, “O desafio de definir trabalho análogo ao de escravo”. In *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo: abril/junho, v. 35, n. 134, 2009, p. 202-229.

¹⁵⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.564/MG. Autor: Ministério Público Federal. Investigado: João José Pereira de Lyra. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 19 de Agosto de 2014.

¹⁵⁹ De acordo com o art. 53º, § 1 da CRFB, os deputados e senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o STF, pela prática de qualquer de crime.

centenas de trabalhadores provenientes da região Nordeste a se deslocarem para as cidades mineiras de Capinópolis e Ipiacaçu, região em que a referida empresa se localizava, com a promessa de emprego para o exercício do corte manual de cana-de-açúcar, mediante o pagamento de bons salários e com o compromisso de que os trabalhadores não teriam custos com moradia e alimentação¹⁶⁰.

Entretanto, a realidade encontrada pelos trabalhadores rurais, ao chegarem ao local de trabalho, foi bem diferente da que foi prometida. Os cortadores de cana se depararam com moradias precárias, sem as mínimas condições de conforto e higiene, sendo que as contas de água e luz deveriam ser pagas pelos próprios trabalhadores, que rateavam, também, os valores do aluguel entre os ocupantes do imóvel. Os equipamentos de proteção individual fornecidos pelo empregador eram impróprios ao trabalho realizado e se encontravam em péssimo estado de conservação, inadequados à elisão de riscos inerentes à atividade desempenhada pelos trabalhadores rurais¹⁶¹. Importante lembrar que o trabalho de colheita manual da cana-de-açúcar é uma das atividades laborais mais árduas do meio rural.

Conforme disposto na denúncia:

O trabalho degradante afronta direitos humanos laborais consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e abrigados pela Constituição da República Federativa do Brasil, assim como pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelas Normas Regulamentadoras, entre outras normas jurídico-laborais. Além de receberem menos do que o prometido, os cortadores de cana [...] estavam instalados em locais precários. O denunciado [...], na qualidade de presidente da empresa, submeteu trabalhadores a condições subumanas de existência. Os locais fiscalizados continham instalações elétricas precárias [...] Não havia ainda um local adequado para o preparo de refeições e para o descarte do lixo [...], havendo casos em que fogões (acompanhados de botijões de gás) ocupavam o mesmo ambiente onde o trabalhador dormia potencializando os riscos de acidentes. [...] As instalações sanitárias eram precárias, estando em péssimo estado de conservação e higiene. [...] As vítimas se alimentavam sob o sol forte do canavial [...] A situação de dependência econômica da relação de emprego, firmada com o denunciado [...] agravava-se pela ausência generalizada de recursos financeiros dos trabalhadores para custearem suas passagens de volta às cidades de origem. Isso porque comprometiam grande parte de seus recursos em despesas com alimentação, água, luz, aluguel e outros mantimentos.¹⁶²

¹⁶⁰ Ibidem, pp. 4-5.

¹⁶¹ As empresas são obrigadas a fornecer, gratuitamente, os equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, adequados ao risco da atividade e em perfeita condição de uso, nos moldes do art. 166º da CLT.

¹⁶² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.564/MG, cit., pp. 5-7.

O réu, em sua defesa, alegou a inexistência de provas suficientes para comprovar a materialidade e a autoria do crime em questão, bem como o elemento subjetivo do tipo penal, uma vez que o dolo de praticar tais condutas não teria sido demonstrado¹⁶³.

Nos termos do voto do Relator do processo, Ministro Ricardo Lewandowski, o relatório emitido pelo grupo de fiscalização estava munido de registros fotográficos e de testemunhos que comprovaram a ofensa à dignidade dos trabalhadores. Convém observar alguns dos registros fotográficos que revelaram as condições laborais a que os trabalhadores eram submetidos.



Figura 1- Os empregados trabalhavam com equipamentos de proteção inadequados.
Fonte: ONG Repórter Brasil



¹⁶³ Ibidem, pp. 7-8.

Figura 2 - Os fiscais da Polícia Federal verificam as condições precárias do alojamento dos trabalhadores. Fonte: Studiofmita

Ademais, o Ministro Relator enumerou algumas das irregularidades encontradas no local de trabalho e alojamento dos empregados:

- 1) Ausência de água filtrada e fresca nos alojamentos;
- 2) Alojamento em edificações sem ventilação, edificações sem forros completos na cobertura, permitindo a entrada de poeira e água da chuva, bem como o acesso de animais;
- 3) Instalações sanitárias precárias, em péssimo estado de conservação e higiene;
- 4) Fornecimento de camas e colchões de forma inadequada;
- 5) Não fornecimento de ferramentas de trabalho e equipamento de proteção individual adequado;
- 6) Ausência de banheiros nas frentes de trabalho;
- 7) Alojamentos não dotados de locais adequados e suficientes para preparo e tomada de refeições, quase todos sem mesas e assentos;
- 8) Alojamentos sem recipientes para coleta de lixo;
- 9) Instalações elétricas precárias e improvisadas nos alojamentos;
- 10) Uso simultâneo dos cômodos para dormir, preparar refeições e guardar mantimentos.¹⁶⁴

Segundo o Relator, também acompanhado pela maioria dos votos dos demais Ministros do STF, as ações descritas amoldam-se às condutas previstas no art. 149º do CPB. Ao analisar o teor da denúncia e o exame prefacial dos elementos probatórios dos autos, verificou-se que estavam presentes indícios suficientes de materialidade e de autoria a ensejar a persecução penal¹⁶⁵.

Diante dessas constatações, o Relator, junto com a maioria dos votos dos demais Ministros do STF, decidiu pelo recebimento da denúncia contra o deputado federal pela suposta prática do delito tipificado no art. 149º do Código Penal Brasileiro.

É importante, entretanto, ressaltar o posicionamento diverso do Ministro Gilmar Mendes, que votou pelo não recebimento da denúncia. De acordo com o referido Ministro, único voto nesse sentido, é importante ter cautela ao se analisar casos em que há suspeita de prática de trabalho em condições degradantes. O Ministro destacou que:

Em relação às más condições de trabalho, que estão listadas no voto do eminente Relator, [...] são todas lamentáveis. Mas não acredito que elas sejam adequadas para caracterizar a situação de trabalho análogo a de escravo: ausência de água filtrada e fresca nos alojamentos dos trabalhadores, alojamento e edificações sem ventilação, edificações sem forros completos na cobertura. [...] Isso não poderia integrar,

¹⁶⁴ Ibidem, pp. 12-13.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 14.

conceitualmente, o tipo penal de trabalho escravo, uma vez que as consequências são extremamente graves. [...] A partir das resoluções adotadas pelo próprio Ministério do Trabalho e que passam a compor o tipo do art. 149º, temos exigências que desbordam por completo da nossa realidade, não só apenas da nossa realidade rural, mas também da realidade urbana. [...] Dessa forma, parece-me que o tema merece, sem dúvida nenhuma, a atenção. Agora, tenho enormes dúvidas se isso deveria ser tratado, especialmente nesses casos, com o viés de trabalho escravo. [...] Criam-se parâmetros que não encontram nenhuma relação com a realidade. [...] Quantos domicílios no Brasil tem água filtrada? Quantas casas têm fossa? [...] O problema não é exigir esse tipo de conforto, não é exigir condições mínimas, é transformar isso em crime.¹⁶⁶

O Ministro Relator Ricardo Lewandowski, na ocasião, contestou os argumentos do Ministro Gilmar Mendes e destacou que o Código Penal tem uma função eminentemente pedagógica, com o intuito de evitar situações extremas que possam resultar, até mesmo, no rompimento da conjuntura social do país¹⁶⁷.

Os demais Ministros ressaltaram que, no caso em questão, a precariedade das condições de trabalho evidenciada na empresa do acusado não condiz com uma mera “exigência de conforto” ou com uma simples ausência de água filtrada. De acordo com as provas produzidas, restou evidenciado o total descaso do acusado em fornecer condições mínimas de higiene e segurança aos trabalhadores rurais, sendo que os cortadores de cana sequer utilizavam equipamentos adequados de proteção, colocando em risco a sua segurança. As condições de habitação eram igualmente precárias, sendo que alguns trabalhadores relataram que, devido à ausência de colchões, tinham que dormir no chão do alojamento.

Dessa forma, uma vez comprovadas as precárias condições de trabalho, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, recebeu a denúncia nos termos do voto do Ministro Relator Ricardo Lewandowski, vencido apenas o voto do Ministro Gilmar Mendes¹⁶⁸.

Cumprе salientar que não é a primeira vez que o referido político brasileiro, administrador da empresa em questão, foi acusado de utilizar mão de obra escrava em suas empresas. Em 2012, o STF julgou outro caso similar a este, em que o político também

¹⁶⁶ Ibidem, pp. 18-24.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 21.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 26.

figurou como réu. O caso, que será melhor analisado no Capítulo 6, também demonstrou os indícios de autoria e materialidade do crime previsto no artigo 149º do CPB¹⁶⁹.

A discussão sucedida no Plenário do STF trouxe argumentos que são recorrentes ao lidarmos com o combate à escravidão contemporânea no Brasil. A preocupação em criminalizar as situações que fazem parte da realidade das regiões mais carentes do país é recorrente até mesmo nos debates parlamentares referentes ao conceito de trabalho análogo ao de escravo no Brasil.

Em relação a essa questão, a ONG Repórter Brasil, organização não governamental que atua no combate à escravidão contemporânea no país, alertou que é muito importante que se mantenha a punição para quem desrespeita a dignidade do trabalhador, sujeitando-o a condições laborais desumanas. Acerca do argumento de que a precariedade nas condições de trabalho, muitas vezes, diz respeito à “cultura das regiões mais pobres do país”, a ONG destacou:

Quando um auditor fiscaliza um produtor, ele emite autos de infração sobre todos os problemas encontrados. Mas não é o auto de infração de colchão fino que configura o trabalho escravo. [...] Não é apenas um auto que caracteriza o trabalho escravo, mas um conjunto deles, mostrando as péssimas condições dos trabalhadores. [...] Mesmo que a prática fosse comum em determinada região – o que não é verdade, pois é utilizada por uma minoria dos produtores rurais – jamais poderia ser tolerada. Todo e qualquer crime deve ser combatido, com maior força exatamente onde for mais usual a sua prática. O desrespeito à dignidade ou o cerceamento da liberdade não podem ser encarados como manifestação cultural de um povo, mas sim como a imposição histórica da vontade dos mais poderosos. Além do mais, essa suposta “cultura da região” é compartilhada apenas por aqueles que concordam com o trabalho escravo, uma vez que a população mais pobre, vítima da escravidão, tem lutado [...] para que os seus direitos sejam efetivados.¹⁷⁰

Ressalta-se, portanto, que a precariedade nas condições laborais não representa um costume da sociedade brasileira. Pelo contrário, é uma prática realizada em determinadas regiões do país por um grupo específico de empregadores que visam o aumento do lucro da

¹⁶⁹ Ambos os casos em que o político João José Pereira de Lyra figura como investigado pela prática de escravidão contemporânea ainda estão em processo de julgamento. Não há, até a entrega do presente trabalho, nenhuma sentença em relação aos casos. Devido ao seu envolvimento em práticas criminosas como a apresentada, o político João José Pereira de Lyra, réu no acórdão apresentado, apesar de não mais exercer mandato público, ainda exerce muita influência no meio político e empresarial brasileiros.

¹⁷⁰ REPÓRTER BRASIL. *Perguntas e respostas sobre o trabalho escravo e a PEC 57A/199 (ex-PEC 438/2001)* [Em linha]. [Consult. 18 Abril 2015]. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/perguntas-e-respostas/>>.

produção de sua empresa em decorrência do desrespeito às normas mínimas destinadas à proteção da dignidade do trabalhador.

Ademais, ainda que a utilização de mão de obra escrava configurasse uma prática habitual da sociedade brasileira, essa conduta não poderia ser aceita pelo Estado, tendo em vista que contraria os fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito, previstos no artigo 1º da Carta Magna. Segundo o autor Rizzato Nunes, “o costume *contra legem* não poderia ser aceito porque isso implicaria, no limite, a possibilidade de revogação de todo o sistema jurídico por força do costume, o que seria incompatível com a função legislativa do Estado e constituiria violação do sistema, da forma como foi estabelecido”¹⁷¹.

Importante também enfatizar que o Poder Judiciário não pode autorizar uma conduta que configura clara ofensa às normas constitucionais e trabalhistas do Estado sob o argumento de que tal prática é considerada “comum” naquela sociedade. Nesse sentido, destaca-se o entendimento de Fernando Capez:

Se fosse permitido ao Poder Judiciário revogar, por sua própria conta, tipos legais que entendessem desatualizados ou em descompasso com o contexto social, estar-se-ia admitindo inaceitável violação ao princípio da harmonia e separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal brasileira.¹⁷²

A próxima análise refere-se ao Recurso Ordinário, advindo do Processo nº 0001113-86.2008.5.15.0156, interposto perante o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (com jurisdição no estado de São Paulo), com o pedido de reexame da decisão em 1ª Instância que condenou a empresa empregadora a pagar, a título de indenização por danos morais, o importe de quinze mil reais, ao trabalhador rural que foi submetido às condições degradantes de trabalho¹⁷³.

De forma diversa, o trabalhador rural reivindicou a majoração do importe indenizatório arbitrado, com o argumento de que “o valor pecuniário determinado não se

¹⁷¹ NUNES, Rizzato, *Manual de introdução ao estudo do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 150.

¹⁷² CAPEZ, Fernando, *Direito Penal simplificado: Parte Geral*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 152.

¹⁷³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. 3ª Turma. Recurso Ordinário nº 0001113-86.2008.5.15.0156 RO. Recorrentes: Santelisa Vale Bioenergia e Rafael Terto da Silva. Desembargador Federal do Trabalho Lorival Ferreira dos Santos. São Paulo, 11 de Fevereiro de 2010.

revelou apto e suficiente a reparar a dor moral sofrida, em face das condições de trabalho fornecidas pela empregadora, em total afronta à dignidade humana do trabalhador”¹⁷⁴.

De acordo com o entendimento do Tribunal em questão:

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que o princípio da dignidade da pessoa humana foi adotado como fundamento da República do Brasil, conforme dispõe o art. 1º, III, da CF/1988. Portanto, constituindo a essência dos direitos fundamentais, de modo que é forçoso concluir que, se a finalidade maior da Constituição é tutelar a pessoa humana - a quem reconheceu direitos fundamentais -, a autonomia das relações privadas, inclusive as relações de trabalho, encontra limites na preservação da dignidade da pessoa humana. É certo que o empregador, no uso de seu poder diretivo, tem o poder de direção, fiscalização, bem como poder disciplinar em relação aos que lhe prestam serviços. Entretanto, não menos certo é que o exercício deste poder encontra limites de atuação nos direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal a todos os cidadãos, dentre os quais o direito a inviolabilidade de sua honra e imagem e a dignidade e a integridade física e psíquica da pessoa, garantias que têm destacada importância no contexto laboral, em face dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho. Nesse sentido, comprovada tal prática ilícita pelo empregador, não há dúvidas acerca de sua obrigação em reparar o dano.¹⁷⁵

O Juízo entendeu que o trabalhador foi transferido do estado de Goiás para trabalhar em outra fazenda da mesma empresa, situada no estado de São Paulo, ocasião em que a situação degradante foi verificada. Assim sendo, segundo o posicionamento do Tribunal, a empregadora tinha o dever de propiciar as mínimas condições para o regular desenvolvimento da atividade do trabalhador, levando-se em consideração que o conduziu para um local de difícil acesso e distante de seu domicílio¹⁷⁶.

As provas disponibilizadas nos autos do processo remetem à conclusão de que a empregadora simplesmente ignorou os princípios básicos de proteção à dignidade do trabalhador, levando-se em consideração o teor do depoimento do empregado, que atestou que as condições do local destinado ao alojamento dos trabalhadores eram precárias, uma vez que não havia limpeza regular; o local destinado ao banho era improvisado; não havia camas suficientes, fazendo com que alguns trabalhadores dormissem no chão de cimento; não havia cobertores, talheres, mesas, cadeiras e materiais para limpeza, bem como não havia energia elétrica; dentre outros relatos.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 4.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 5.

O testemunho do trabalhador foi corroborado pelas demais provas apresentadas ao processo. Inclusive o representante da empresa e a testemunha arrolada pelo mesmo não souberam informar com exatidão as condições às quais os trabalhadores rurais estavam submetidos e, portanto, não puderam negar as alegações feitas pelo trabalhador acerca da situação de precariedade em que se encontrava.

Conforme o entendimento do Juízo em questão, para que haja a caracterização do trabalho em condições degradantes, inclusive, sob a égide penal, não é necessário o cerceio da liberdade de locomoção do trabalhador, mediante o aprisionamento deste no local de trabalho, sendo apenas necessária a configuração da ofensa à dignidade humana do trabalhador¹⁷⁷.

O Tribunal destacou a posição da doutrina brasileira sobre a questão, ressaltando o entendimento do jurista José Hortêncio Ribeiro Junior:

A preservação da dignidade do trabalhador, enquanto ser humano, é verificada, necessariamente, pelo cotejo de suas condições de trabalho. Nesse aspecto, registramos que não existe qualquer possibilidade de flexibilização daquilo que seria o mínimo necessário à preservação de sua dignidade. Não importa [...] se estamos diante de um trabalhador humilde ou não. Fazemos esse registro para afastar por completo a falácia que vem sendo empregada por alguns segmentos sociais, no sentido de que as condições em que comumente são encontrados os trabalhadores no campo fazem parte da essência de suas atividades. [...] Não basta dar trabalho ao homem. É necessário que neste trabalho sejam concedidos direitos mínimos que lhe preservem a dignidade. A quebra deste mandamento resulta na caracterização do trabalho degradante. [...] A análise do trabalho degradante envereda pelas searas da igualdade, da liberdade e da legalidade. Trata-se da quebra de garantias mínimas de saúde e segurança, além da falta de condições mínimas de trabalho, moradia, higiene, respeito e alimentação. [...] Se, para prestar o trabalho, o trabalhador tem limitações em sua alimentação, higiene ou moradia, caracterizado está o trabalho em condições degradantes.¹⁷⁸

O Juízo também ressaltou que “o texto constitucional como um todo busca proteger e dignificar o trabalhador”¹⁷⁹.

Diante dessas considerações, o Tribunal concluiu que “na hipótese em tela, o obreiro estava submetido à condição de trabalho degradante, considerando que prestava

¹⁷⁷ Ibidem, p. 10.

¹⁷⁸ RIBEIRO JÚNIO, José Hortêncio, “Tutela inibitória nas ações coletivas – instrumento eficaz na preservação da dignidade da pessoa humana e na erradicação do trabalho escravo ou degradante”. In *Ação coletiva na visão de Juízes e Procuradores do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006, pp. 136-138.

¹⁷⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. 3ª Turma. Recurso Ordinário nº 0001113-86.2008.5.15.0156 RO, cit., p. 11.

serviços exposto à falta de segurança, tinha restrições em sua alimentação, na sua higiene, em sua moradia, limitações em seu convívio social, com total descaso e risco à sua saúde, sendo-lhe, pois, negados os mais básicos e mínimos direitos inerentes ao homem, protegidos constitucionalmente”¹⁸⁰. Ademais, ressaltou:

Concluo, pois, que não há qualquer dúvida de que a reclamada agiu de forma totalmente arbitrária em prejuízo da dignidade do obreiro, depreciando-o e humilhando-a dada as condições de trabalho que lhe foram impostas, desconsiderando sua condição de pessoa humana, sendo inequívoca a dor moral resultante desta prática, dada a ofensa à sua honra, os riscos à saúde sofridos, o constrangimento, as faltas de condições de higiene e, até mesmo, a ausência de meios dignos e aptos a manter sua efetiva subsistência. [...] Portanto, não há dúvidas acerca do dever de reparação a ser imposto em benefício do autor.¹⁸¹

Diante dessas ponderações, o Tribunal concluiu que o trabalho em condições degradantes encontrou-se caracterizado pelas provas circunstanciais analisadas e entendeu que o montante aludido pelo Tribunal de 1ª Instância deveria ser majorado para o importe de vinte mil reais, considerando, para fins de fixação do valor indenizatório, a condição econômica da reclamada, a extensão do dano sofrido, bem como o caráter pedagógico à condenação e, por fim, a imensa gravidade dos fatos ocorridos e a total afronta à dignidade do trabalhador¹⁸².

É possível afirmar que a situação degradante de trabalho foi caracterizada pela comprovação de um conjunto de fatores que evidenciaram a precariedade das condições de labor a que o trabalhador foi submetido. No caso em questão, a situação degradante de labor se evidenciou não devido a uma simples irregularidade trabalhista, mas pelo conjunto de irregularidades que, no contexto apresentado, mostrou-se suficiente para comprovar o desrespeito à dignidade humana do trabalhador.

O terceiro acórdão a ser analisado refere-se ao Processo nº 5001045-51.2010.404.7211/SC examinado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) publicado em setembro de 2012¹⁸³.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem, pp. 11-13.

¹⁸² Ibidem, p. 14.

¹⁸³ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. 8ª Turma. Apelação Criminal nº 5001045-51.2010.404.7211/SC. Apelante: Ângelo de Jesus Quaresma. Apelado: Ministério Público Federal. Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz. Publicado em 3 de Setembro de 2012.

No caso em questão, o réu postulou um pedido de reexame da decisão proferida que o condenou por manter mais de sessenta trabalhadores em situação degradante de labor, incorrendo, portanto, no art. 149º do CPB. Em sua defesa, o réu alegou que os acontecimentos narrados na denúncia não eram verídicos, bem como as condições de trabalho não eram degradantes. O Ministério Público Federal, por sua vez, postulou pela reforma da pena aplicada com o intuito de majorar a sanção imposta ao réu¹⁸⁴.

Conforme exposto na denúncia criminal:

Houve a constatação da presença de 64 trabalhadores exercendo atividades laborais em situação análoga à de escravos. As condições a que os empregados estavam sujeitos eram degradantes. Os alojamentos a eles disponibilizados eram construídos de madeirite, cobertos de telhas de amianto, alguns possuíam piso de cimento lavável, outros, por sua vez, o piso era de chão batido. Todos estavam em péssimas condições de conservação e higiene. [...] Ao lado desses alojamentos, eram armazenados vários agrotóxicos sobre o chão batido, protegidos apenas pelo telhado, ou seja, sem proteções laterais - o que não impedia que o material fosse atingido pela chuva. [...] As instalações sanitárias também estavam em péssimas condições de higiene. Além disso, eram insuficientes em relação ao número total de pessoas. Os trabalhadores eram mantidos em regime de moradia coletiva e, para as refeições nas frentes de trabalho, utilizavam-se de um abrigo rústico também em péssimas condições. Para o abastecimento de água, eles mesmos cavaram um poço, próximo à lavoura, cuja água corria por uma mangueira que abastecia a caixa d'água e não recebia qualquer tratamento. Os equipamentos de proteção individual eram fornecidos gratuitamente somente a alguns trabalhadores, que nem sequer eram treinados para a tarefa de aplicação e manipulação de agrotóxicos que estavam desempenhando.¹⁸⁵

De acordo com a denúncia, os trabalhadores laboravam com o plantio de tomates na região Sul do Brasil e aplicavam e manipulavam produtos agrotóxicos, sendo que somente alguns trabalhadores recebiam os equipamentos de proteção para o manuseio do produto, que era extremamente tóxico e nocivo à saúde. Convém analisar os registros fotográficos do local de trabalho:

¹⁸⁴ Ibidem, pp. 4-5.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 3.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS



Figura 3 - Sem a proteção adequada, trabalhadores aplicavam produtos agrotóxicos na plantação.
Fonte: Divulgação – SRTE/PR



Figura 4 - Barraca de lona utilizada como abrigo por parte dos trabalhadores resgatados.
Fonte: Divulgação – SRTE/PR

O Tribunal destacou que a redação do art. 149º do Código Penal, ao discriminar expressamente as ações que configuram o tipo penal, acabou por proteger dois bens jurídicos distintos: a dignidade e a liberdade do trabalhador. O Juízo também mencionou que o extenso e minucioso relatório de fiscalização que deu suporte à denúncia é contundente ao relatar a precariedade das condições de trabalho, notadamente frente à qualidade dos alojamentos e das instalações sanitárias, bem como pela ausência de encanamento de água e de saneamento básico. Fez referência também à falta de equipamentos de proteção individual em número suficiente, à moradia coletiva (e

superlotada) de famílias e, ainda, aos problemas relacionados com a aplicação de agrotóxicos, inclusive por trabalhadores menores de idade¹⁸⁶.

É interessante destacar que a Auditora Fiscal do Trabalho, ao ser indagada quanto à situação encontrada no referido local de trabalho, salientou que não representava uma situação de simplicidade, mas de extrema precariedade¹⁸⁷.

Conforme o entendimento do referido Tribunal, a demonstração das péssimas condições dos alojamentos e das instalações sanitárias, bem como a falta de equipamentos de proteção individual em número adequado, é suficiente para configurar o delito de redução à condição análoga à de escravo, pela submissão dos empregados a condições degradantes de trabalho¹⁸⁸.

Dessa forma, o TRF da 4ª Região decidiu, por unanimidade, caracterizar a condição degradante de trabalho devido às provas apresentadas ao processo, bem como verificou a incidência da causa de aumento do art. 149º, § 2º, I, do CPB (crime cometido contra criança ou adolescente), fixando ao réu a pena de três anos de reclusão¹⁸⁹.

É possível concluir que a situação precária de labor é similar nos três casos analisados, ainda que cada evento tenha as suas particularidades. A precariedade nas condições de trabalho é encontrada principalmente nas regiões mais carentes do país e, sobretudo, no labor realizado no meio rural. O trabalho rural, por sua natureza, já representa uma atividade que exige uma maior proteção do trabalhador contra as intempéries da natureza e normalmente requer um maior dispêndio de esforço físico por parte do obreiro. Por esses motivos, a ausência de equipamentos de proteção individual ou a sua inadequada utilização, quando necessária, se revelam extremamente prejudiciais à segurança do trabalhador¹⁹⁰.

O trabalho em condições degradantes também é mais usualmente encontrado nos casos em que há o aliciamento do trabalhador em região diversa do local de trabalho, sendo este, muitas vezes, distante do meio urbano, fazendo com que o empregador forneça o local de moradia e a alimentação aos obreiros. Entretanto, muitas vezes as condições laborais e

¹⁸⁶ Ibidem, p. 6.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 8.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 1.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 13.

¹⁹⁰ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., pp. 149-153.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

de alojamento fornecidas pelo empregador são muito precárias, representando uma afronta à dignidade humana desses indivíduos.

Por último, convém ressaltar a necessidade de se tratar com seriedade os casos em que essa prática é vislumbrada. Não é admissível que, ainda hoje, o trabalho em condições degradantes e subumanas, capaz de aviltar a dignidade dos trabalhadores, seja vislumbrado como uma “prática cultural” e passível de tolerância pelas autoridades brasileiras.

CAPÍTULO V – SERVIDÃO POR DÍVIDAS

O quarto e último modo típico de execução de trabalho análogo ao escravo previsto no artigo 149º do CPB é a servidão por dívidas. Essa prática ilícita consiste na restrição da liberdade do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador, também conhecida como *truck system*, *peonage*, *bonded labor* ou *debt bondage*¹⁹¹.

A servidão por dívidas, assim como o trabalho em condições degradantes, já foi o modo de execução do trabalho análogo ao de escravo mais facilmente encontrado nas atividades rurais praticadas principalmente nos estados do Pará e Mato Grosso. Nos dias atuais, devido à maior repressão realizada pelas autoridades brasileiras, a prática é realizada de forma cada vez mais dissimulada, não sendo tarefa simples visualizar os elementos que a comprovam nos empreendimentos que são inspecionados¹⁹².

A servidão por dívidas é especialmente comum em casos de trabalho em locais de difícil acesso, onde não existem estabelecimentos comerciais próximos ao local de labor e, conseqüentemente, se estabelece a dependência do empregado ao empregador no que se refere à obtenção de alimentos, roupas, remédios e até mesmo as ferramentas necessárias ao trabalho. A dívida é normalmente constituída em razão dos altos e abusivos preços cobrados pelos gêneros alimentícios, pelo transporte até o local de trabalho ou por alguma espécie de adiantamento de salário que tenha sido fornecido ao trabalhador. Nessa situação, o empregado se vê subjugado ao empregador, mediante coação física e/ou moral, justificada pela existência de um suposto débito contraído por aquele¹⁹³.

Pode-se afirmar que a servidão por dívidas é uma espécie do modo de execução trabalho forçado, uma vez que se baseia na restrição da liberdade do trabalhador motivada pela existência de dívida adquirida pelo empregado. Tendo em vista que a sua ocorrência é frequente em determinadas regiões do Brasil e devido às suas especificidades, a doutrina e a legislação brasileiras optaram por melhor analisá-la individualmente, considerando-a um dos modos típicos de execução exemplificados no art. 149º do CPB.

Na seara internacional, a prática da servidão por dívidas é definida pela Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições

¹⁹¹ BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo, *Crimes Federais*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 143.

¹⁹² BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*, cit., p. 86.

¹⁹³ BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo, *Crimes Federais*, cit., p. 143.

e Práticas Análogas à Escravatura, de 1956, da Organização das Nações Unidas, como “o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida”¹⁹⁴.

O sistema denominado *truck system* é combatido pela Convenção nº 95 da OIT, nos artigos 7º e 9º, conforme podemos verificar:

Artigo 7º

1. Quando em uma empresa forem instaladas lojas para vender mercadorias aos trabalhadores ou serviços a ela ligados e destinados a fazer-lhes fornecimentos, nenhuma pressão será exercida sobre os trabalhadores interessados para que eles façam uso dessas lojas ou serviços.

2. Quando o acesso a outras lojas ou serviços não for possível, a autoridade competente tomará medidas apropriadas no sentido de obter que as mercadorias sejam fornecidas a preços justos e razoáveis, ou que as obras ou serviços estabelecidos pelo empregador não sejam explorados com fins lucrativos, mas sim no interesse dos trabalhadores.

Artigo 9º

Fica proibido qualquer desconto dos salários cuja finalidade seja assegurar pagamento direto ou indireto do trabalhador ao empregador, a representante deste ou a qualquer intermediário (tal como um agente encarregado de recrutar a mão-de-obra), com o fim de obter ou conservar um emprego.¹⁹⁵

No âmbito regional, os signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 1969, ratificada pelo Brasil em 1992, firmaram um compromisso de repressão à servidão e à escravidão em todas as suas formas.

A legislação brasileira, com o intuito de evitar possíveis abusos nas relações trabalhistas, determinou que o salário, tendo em vista a sua natureza alimentar, usufrui de certa proteção normativa. De acordo com as normas trabalhistas brasileiras, o valor do

¹⁹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura*, adotada em Genebra, a 7 de setembro de 1956. Entrada em vigor para o Brasil em 6 de janeiro de 1966.

¹⁹⁵ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 95*. Aprovada na 32ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1949), entrou em vigor no plano internacional em 1952. Aprovada no sistema legislativo brasileiro por Decreto Legislativo nº 24, em 1956, com vigência nacional em 1958.

salário não poderá ser inferior ao mínimo legal, bem como não poderá sofrer descontos não previstos em lei. Nos termos do artigo 7º, IV da CRFB, o salário mínimo, fixado em lei, deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim. O inciso X do mesmo artigo estabelece a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime a sua retenção dolosa¹⁹⁶.

Ademais, de acordo com as normas trabalhistas do país, o salário não poderá ser pago apenas em utilidades (habitação, alimentação, vestuário, higiene, transporte etc.). Vejamos o disposto no artigo 462º da CLT:

Artigo 462º - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivo de lei ou de contrato coletivo.

[...]

§ 2º - É vedado à empresa que mantiver armazém para venda de mercadorias aos empregados ou serviços estimados a proporcionar-lhes prestações "in natura" exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços.

[...]

§ 4º - Observado o disposto neste Capítulo, é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.¹⁹⁷

Verifica-se, portanto, que a prática da servidão por dívidas é sistematicamente combatida por diplomas jurídicos internacionais e pelo sistema legislativo brasileiro. Entretanto, esse modo de execução ainda é prática frequente em diversas regiões do país.

A servidão por dívidas, muitas vezes, se materializa sem que o trabalhador tenha conhecimento de que a atividade é ilícita. Em algumas situações, o trabalhador acredita que efetivamente possui débitos com o tomador dos serviços e que, por este motivo, deve permanecer no local de trabalho até que a dívida seja quitada. De acordo com a OIT, 52% dos trabalhadores rurais brasileiros consideram a dívida contraída com o empregador um elemento capaz de justificar a sua retenção no local de trabalho¹⁹⁸.

Em relação a esse aspecto, Brito Filho destaca que a “concordância” da vítima, não torna o ato legítimo, mas “abre uma possibilidade maior de impunidade, pois, como estes

¹⁹⁶ CORTEZ, Julpiano Chaves, *Trabalho escravo no contrato de emprego e os direitos fundamentais*, cit., pp. 31-32.

¹⁹⁷ BRASIL. *Decreto-Lei 5.452/1943*, que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, de 9 de Agosto de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, p. 11937. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>.

¹⁹⁸ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*, cit.

desconhecem a violação que sofreram, tendem a não denunciar o fato ocorrido em seu desfavor”¹⁹⁹.

Convém enfatizar que o usual é tornar a dívida cada vez maior, a partir da cobrança de preços abusivos e de itens indevidos. No entanto, pouco importa se a origem da dívida é lícita ou ilícita. É proibido obstar, em qualquer situação, a liberdade de locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída em relação de trabalho²⁰⁰.

Para uma melhor compreensão de como a servidão por dívidas é entendida e caracterizada pelos Tribunais brasileiros e sob quais aspectos a coação física ou moral se concretiza na referida prática, torna-se importante analisar alguns acórdãos em que essa questão foi suscitada.

O primeiro acórdão refere-se à apelação interposta pelo Ministério Público Federal, ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com jurisdição no estado de São Paulo, em relação ao Processo nº 0005463-65.2004.4.03.6109/SP, em face de sentença proferida por Juízo Federal de 1ª Instância que absolveu os réus da imputação de terem praticado as condutas delituosas previstas no art. 149º do CPB, nomeadamente, a servidão por dívidas²⁰¹.

De acordo com a denúncia, os réus submeteram, ao menos, nove trabalhadores, oriundos de Minas Gerais, a fim de que laborassem nas lavouras de cana-de-açúcar no Município de Piracicaba, em São Paulo, "a condições miseráveis de acomodação, mantendo-os sob dependência econômica, bem como não lhes assegurando condições de retorno ao local de origem"²⁰².

Ainda segundo a denúncia, os acusados induziam os trabalhadores a adquirirem mercadorias de determinado armazém, localizado em propriedade de um dos réus, sendo que os valores relativos às compras realizadas no estabelecimento comercial eram descontados da remuneração dos empregados. Relatou ainda que eram subtraídos valores referentes ao pagamento do aluguel e da conta de água e luz referente ao imóvel que

¹⁹⁹ Ibidem, p. 96.

²⁰⁰ Ibidem, p. 95.

²⁰¹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. 2ª Turma. Apelação Criminal nº 0005463-65.2004.4.03.6109/SP. Apelante: Justiça Pública. Apelado: José Campioni, Pedro Joaquim Raymundo e Rui Lima Lins. Desembargador Federal Nelson dos Santos. Publicado em 6 de Julho de 2012.

²⁰² Ibidem, pp. 1-2.

ocupavam, e que o aluguel do referido imóvel havia sido contratado também por um dos réus²⁰³.

Conforme narrado na denúncia, após a realização dos descontos pelos valores devidos ao mercado e a um dos réus a título de aluguel, gás, luz e água, os trabalhadores, muitas vezes, sequer recebiam salário e, em determinadas situações, eram impedidos, por ordem dos acusados, de retirarem produtos alimentícios do mercado, por insuficiência de crédito no estabelecimento.

O crescente endividamento dos trabalhadores face aos descontos realizados os impedia de interromper a precária situação laboral em que se encontravam, tendo em vista a ausência de recursos financeiros para arcar com o valor do transporte de retorno às cidades de origem²⁰⁴.

Segundo o entendimento do Juízo em questão, restou evidenciado o vínculo dos réus com o proprietário das casas alugadas e também com a responsável do estabelecimento comercial que, aliás, se situava na propriedade de um dos acusados. Convém observar também que os réus induziam os trabalhadores a utilizarem tais serviços, sendo certo que os respectivos valores eram descontados dos salários dos empregados²⁰⁵.

Conforme disposto no acórdão em questão, o Tribunal entendeu que a situação apresentada configurou o típico caso de servidão por dívidas praticada no Brasil:

Em síntese, o que se vê é que, em última análise, não houve livre escolha de moradia e que os trabalhadores não tinham liberdade para efetuar compras de víveres onde bem entendessem, devendo fazê-lo dentro de condições impostas pela empresa, com pessoas vinculadas aos réus e sofrendo descontos nos salários. Também se conclui que, efetuados os descontos, não sobrou o suficiente para os trabalhadores retornarem à origem, o que, destaque-se outra vez, não era encargo que pudesse ser a eles transferido. O retorno a Minas Gerais só se tornou viável mediante a intervenção do Poder Público. Todos esses fatos produzem típica situação de dependência econômica dos trabalhadores, quadro que lhes impedia de livremente decidir pelo retorno à origem. [...] É certo que não havia impedimento absoluto a que os trabalhadores voltassem à origem; mas para isso teriam que assumir um encargo que não lhes pertencia e, mais, teriam que fazer sobrar do salário, apesar das condições que lhes eram irregularmente impostas. De qualquer modo, o crime em questão não pressupõe a existência de invencível obstáculo à locomoção, aperfeiçoando-se mediante mera restrição da locomoção.²⁰⁶

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem, p. 14.

²⁰⁵ Ibidem, p. 16.

²⁰⁶ Ibidem, pp. 22-23.

No caso em questão verificou-se a ausência do direito de escolha por parte dos trabalhadores em relação ao estabelecimento comercial destinado ao suprimento de produtos pessoais, e do imóvel a ser alugado, sendo demonstrado que os empregadores mantinham vínculo com ambos os beneficiados dessas decisões. Os recursos financeiros referentes ao pagamento dessas despesas e das taxas vinculadas ao imóvel eram descontados dos salários dos empregados, sendo que estes, muitas vezes, não percebiam remuneração ao final do mês trabalhado, tendo em vista que os valores descontados geralmente superavam os salários devidos. Endividados, os trabalhadores se viam impedidos de interromper o vínculo de trabalho com os réus, bem como não apresentavam condições financeiras suficientes para retornarem às cidades de origem, ainda que estivessem insatisfeitos com a prestação das atividades laborais. Pode-se afirmar que a situação ocorrida representa o típico caso de servidão por dívidas praticada no Brasil.

Após examinar a situação em questão, o TRF da 3ª Região entendeu que a servidão por dívidas, modo de execução do tipo penal previsto no artigo 149º do CPB, restou claramente configurada e, posto isto, condenou os réus a dois anos e seis meses de reclusão e trinta dias-multa²⁰⁷.

O próximo caso a ser analisado refere-se à apelação criminal interposta perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com jurisdição nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, por empregador que foi condenado pelo Juízo *a quo* à pena de oito anos e nove meses de reclusão por infração ao artigo 149º do CPB, especificamente pela prática da servidão por dívidas²⁰⁸.

De acordo com a denúncia, o réu aliciou trabalhadores no Estado da Paraíba com a finalidade de transportá-los ao Estado do Rio de Janeiro, sob a promessa de bons salários pelo exercício da comercialização de redes, sendo que, ao chegar nesta região, reduziu os empregados à condição análoga à de escravos, submetendo-os a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho e restringindo a liberdade dos envolvidos em razão de

²⁰⁷ Ibidem, p. 19.

²⁰⁸ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. 2ª Turma. Apelação Criminal nº 2007.51.01.811740-9. Apelante: Manoel Trigueiro dos Santos Filho. Apelado: Ministério Público Federal. Desembargador Federal André Fontes. Data de Julgamento: 9 de Maio de 2009.

dívidas contraídas, mediante coação psicológica e econômica, transformando a relação de trabalho em uma relação de servidão por dívidas²⁰⁹.

De acordo com o depoimento prestado pelo Delegado da Polícia Federal que procedeu à prisão do réu, cerca de quinze trabalhadores eram mantidos sob o regime de servidão por dívidas, sendo que os valores gastos pelos empregados a título de alimentação e hospedagem eram descontados dos respectivos salários. Relatou também que o empregador havia adiantado determinada quantia financeira às vítimas, para que elas remetessem às suas famílias, de modo a aumentar-lhes o débito devido. Dessa forma, todos os quinze trabalhadores, sem exceção, eram devedores do empregador no momento em que ocorreu a fiscalização. O Delegado Federal visualizou a existência da coação de natureza econômica dos trabalhadores em relação ao empregador, sendo certo que as vítimas não poderiam se afastar dessa situação de submissão por absoluta falta de condições financeiras²¹⁰.

Convém destacar que outras formas de exploração laboral, como a submissão a jornadas exaustivas e às condições degradantes de trabalho, foram identificadas no caso em questão. Contudo, a prática da servidão por dívidas, por si só, já seria suficiente para a condenação do réu segundo o crime previsto no artigo 149º do CPB.

Ressalta-se que uma das vítimas relatou, perante o Juízo, que ao iniciar a relação de trabalho já era devedora do empregador em razão das despesas assumidas previamente com alimentação e transporte junto ao réu, sendo esses gastos integralmente contabilizados e descontados nos salários posteriores das vítimas, tendo afirmado, ainda, que o réu utilizava desse argumento para impedir que os empregados deixassem o local de trabalho antes da quitação dos respectivos débitos²¹¹.

Todos os depoimentos colhidos na fase de instrução processual foram convergentes e reafirmaram a prática da servidão por dívidas. Segundo o posicionamento do Tribunal em questão, “torna-se patente que as dívidas contraídas eram utilizadas como meio de restringir a locomoção das vítimas, as quais tinham que permanecer se sujeitando a condições degradantes, em razão da coação que lhes era imposta”²¹².

O TRF da 1ª Região ainda destacou:

²⁰⁹ Ibidem, p. 1.

²¹⁰ Ibidem, p. 7.

²¹¹ Ibidem, pp. 10-11.

²¹² Ibidem.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Ficou devidamente comprovado que o réu, valendo-se de falsas promessas de enriquecimento e mediante um sistema de endividamento progressivo, aliciou trabalhadores, levando-os da Paraíba para o Rio de Janeiro, reduzindo-os a condição análoga à de escravo, nos moldes do artigo 149º do Código Penal.²¹³

Pelo o exposto, o Tribunal caracterizou a prática da servidão por dívidas e manteve a condenação do réu pela redução de trabalhadores a condições análogas à de escravos²¹⁴.

No caso em questão, a existência da servidão por dívidas foi verificada através da realização dos descontos referentes aos valores de alimentação e hospedagem dos trabalhadores, sendo que, por este motivo, todos os empregados encontravam-se devedores do réu. O empregador, por sua vez, restringia a liberdade dos trabalhadores, por meio da coação moral e econômica, declarando às vítimas que elas não poderiam interromper o exercício das atividades laborais enquanto não quitassem os respectivos débitos.

É importante destacar que o delito previsto no artigo 149º do CPB, muitas vezes, se concretiza em um momento posterior à celebração do contrato laboral, sendo os trabalhadores surpreendidos, ao chegarem ao novo local de trabalho, com as péssimas condições laborais e com a prática da servidão por dívidas. Nessa perspectiva, convém destacar o entendimento da jurista Livia Miraglia:

É certo que ninguém se oferece espontaneamente para o trabalho forçado, de modo que a afronta ao direito de liberdade do obreiro não repousa, necessariamente, no momento da celebração do contrato de trabalho. [...] Esses trabalhadores são ludibriados e enganados com promessas de condições de vida e labor muito diferentes da realidade. Nesse sentido, o cerceamento do direito de liberdade é mais comumente identificado quando ocorre a tentativa de ruptura do vínculo empregatício e o empregado se descobre devedor e/ou impedido de deixar o local. Não se pretende com isso descaracterizar como trabalho forçado aquele estabelecido contra a vontade do obreiro desde o pacto inicial; objetiva-se apenas afirmar que, no Brasil, conforme os dados e relatos levantados, o cerceamento da liberdade se dá, precipuamente, após consolidada a relação trabalhista.²¹⁵

O próximo acórdão a ser estudado trata da Apelação Criminal nº 0005885-40.2004.4.03.6109/SP, interposta por empregador, perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com jurisdição nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com o pedido de

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., p. 141.

reexame de decisão judicial que o condenou pela prática da servidão por dívidas, nos termos do artigo 149º do CPB²¹⁶.

Conforme disposto na denúncia criminal, o empregador aliciou trabalhadores oriundos da região do Nordeste do Brasil, a fim de que trabalhassem na colheita de cana-de-açúcar no Município de Rio das Pedras, no Estado de São Paulo, sob péssimas condições de trabalho, inviabilizando-lhes, inclusive, o retorno à sua terra de origem, através da imposição de dívidas exorbitantes²¹⁷.

Segundo a denúncia, o crime de redução à condição análoga à de escravo se consumou através da restrição de locomoção dos trabalhadores, em face das dívidas por eles contraídas junto ao réu, em razão dos descontos efetuados referentes aos valores gastos com a alimentação dos trabalhadores e pelos valores utilizados para o transporte dos empregados para a cidade em que realizariam as atividades laborais combinadas²¹⁸.

Verificou-se que, considerando os descontos efetuados, a remuneração líquida recebida pelos trabalhadores chegava, no máximo, a duzentos reais, sendo este valor inferior ao salário mínimo vigente à época²¹⁹. Nesses termos, eis o entendimento do Tribunal:

O recebimento mensal de salários tão baixos, se não impossibilitava, ao menos restringia a liberdade de locomoção dos trabalhadores, tal como prevê o art. 149º do CPB, de forma a mantê-los, conforme bem explanado pelo Ministério Público Federal, presos ao vínculo empregatício junto ao acusado.²²⁰

O Juízo entendeu que “a receita líquida recebida pelos trabalhadores não permitia o seu próprio sustento, de forma digna, e muito menos de sua família, e nem o seu retorno ao Estado de origem”²²¹.

Nessa perspectiva, o TRF da 3ª Região ressaltou:

Conclui-se, pois, que a prova documental, os depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa formam um conjunto probatório robusto a apontar o réu como autor dos delitos pelos quais foi denunciado. [...] Os crimes pelos quais o réu foi condenado

²¹⁶ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. 5ª Turma. Apelação Criminal nº 0005885-40.2004.4.03.6109. Apelante: Valdeci da Silva Santos. Apelado: Justiça Pública. Desembargadora Federal Ramza Tartuce. Publicado em 7 de Julho de 2011.

²¹⁷ Ibidem, p. 4.

²¹⁸ Ibidem, p. 8.

²¹⁹ Ibidem, pp. 8-10.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem, pp. 3-12.

aperfeiçoaram-se com o mero aliciamento dos empregados, e [...] contrasta com toda a prova coligida durante a instrução processual, que atestou a completa sujeição dos trabalhadores ao poder do réu, que os mantinha em completa penúria e cativos à dívida que com ele contraíram.²²²

O Juízo em questão considerou que o crime previsto no artigo 149º do CPB restou configurado no caso em concreto e condenou o réu pela prática da servidão por dívidas, fixando a pena em dois anos e seis meses de reclusão, além do pagamento de 50 dias-multa²²³.

Convém destacar que, no caso analisado, após a realização dos descontos, os empregados recebiam a título remuneratório um valor considerado ínfimo, abaixo do salário mínimo vigente no país, sendo este montante insuficiente para garantir a subsistência do trabalhador e de sua família, bem como incapaz de garantir o seu retorno à cidade de origem, razão pela qual não interrompia a prestação dos serviços.

Segundo o jurista Brito Filho, a servidão por dívidas é caracterizada através da presença cumulativa dos seguintes requisitos: 1) a existência de uma relação de trabalho; 2) a presença de uma dívida de qualquer natureza, lícita ou ilicitamente constituída, que tenha o trabalhador para com o tomador de seus serviços ou com os seus prepostos; e 3) o impedimento do direito do empregado de interromper a prestação trabalhista, por meio de coação, que pode ser física ou moral, ou por qualquer outro meio que impossibilite o seu deslocamento, em razão da dívida constituída²²⁴.

A regra a ser observada na prática da servidão por dívidas é que os trabalhadores geralmente são aliciados a laborarem em uma região diversa da que residem. O aliciamento ocorre, em regra, em regiões em que a mão de obra é barata e excedente, sendo geralmente realizado pelos prepostos do empregador rural. Cabe ressaltar, ainda, que os locais destinados ao labor situam-se, na maioria das vezes, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, compelindo os trabalhadores a adquirirem os produtos necessários para a sua subsistência em estabelecimento, muitas vezes, do próprio empregador. A dívida ocorre também pela oferta de moradia ou pelo transporte utilizado pelo empregado²²⁵.

²²² Ibidem, p. 13.

²²³ Ibidem, p. 14.

²²⁴ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente*, cit., p. 77.

²²⁵ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., pp. 141.

Ao final do período laborado, o trabalhador, esperançoso de receber sua remuneração, é surpreendido com o fato de que a dívida contraída é maior do que o salário a receber, sendo obrigado a continuar a prestação laboral com o intuito de saldá-la. Muitos trabalhadores sequer cogitam a hipótese de abandonar o local de trabalho antes da quitação integral dívida. Quando reclamam das condições laborais ou tentam fugir do local de trabalho, geralmente são ameaçados por gerentes ou prepostos do empregador e contidos pelas constantes ameaças e/ou agressões físicas e/ou morais realizadas²²⁶.

A coação moral, que é a empregada na maioria dos casos de servidão por dívidas no país, ocorre por meio da pressão exercida sobre o empregado que, como “devedor” do empregador, não deseja ter o seu nome na lista de devedores ou a sua “honra manchada” pelo não pagamento da dívida. Sendo assim, permanece laborando, no intuito de quitar um débito que, no entanto, quase nunca se extingue²²⁷.

Nesse modo de execução, o trabalhador é persuadido a pensar que é obrigado a laborar e lhe é introduzida a ideia de que é justo e legítimo o que o empregador lhe faz. Para que o sistema possa ser sustentado, a servidão por dívidas recebe uma aparência legitimadora, consubstanciada no próprio endividamento progressivo do trabalhador²²⁸.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ BROECKER, Amanda Fernandes Ferreira, *Combate e erradicação do trabalho escravo por dívida no Brasil*. Brasília: Conteúdo Jurídico, 2012.

CAPÍTULO VI – O JULGAMENTO DO INQUÉRITO Nº 3.412/AL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O trabalho análogo ao de escravo, conforme explorado nos capítulos anteriores, é caracterizado pela prática de uma das condutas previstas no art. 149º do CPB: a submissão a trabalhos forçados, a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a prática da servidão por dívidas.

Conforme o entendimento atual da doutrina e dos Tribunais brasileiros, o referido tipo penal é considerado misto alternativo, ou de conteúdo variado, sendo o crime configurado mediante a prática de qualquer uma das modalidades descritas, não se exigindo, necessariamente, a privação da liberdade individual do trabalhador²²⁹.

Entretanto, o entendimento jurisprudencial em relação à caracterização da prática da escravidão contemporânea nem sempre foi nesse sentido. Antes da modificação introduzida pela Lei nº 10.803/2003, o artigo 149º do CPB estabelecia apenas que se constituía crime “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”, não especificando quais condutas caracterizavam o crime. O entendimento majoritário à época era de que o trabalho análogo ao de escravo se caracterizaria somente quando a liberdade do obreiro fosse cerceada²³⁰.

Com a redação da Lei nº 10.803/2003, o referido tipo penal, que até então era apresentado de forma sintética, passou a ser definido de forma pormenorizada, elencando as situações que deveriam configurar o crime. Conforme vimos, a nova redação do art. 149º do CPB considera crime “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”²³¹.

Ressalta-se, todavia, que mesmo após a alteração do artigo 149º do CPB, persistiu a discussão em âmbito doutrinário e jurisprudencial quanto à necessidade da restrição de liberdade do trabalhador para a configuração do delito²³². Era comum encontrar na doutrina e nas decisões judiciais a interpretação restritiva do tipo penal, de modo que o trabalho análogo ao de escravo era, muitas vezes, caracterizado apenas quando houvesse a restrição

²²⁹ BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo, *Crimes Federais*, cit., p. 139.

²³⁰ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*, cit., pp. 46-47.

²³¹ BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. Decreto-Lei nº 2848/1940, cit.

²³² BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*, cit., p. 45.

de liberdade do trabalhador, isto é, quando houvesse a prática do trabalho forçado²³³. Nesse sentido, convém destacar a decisão do Supremo Tribunal Federal, referente à análise do Recurso Extraordinário nº 466-508-5, proferida em 2007:

TRABALHO ESCRAVO – DESCUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROTEÇÃO AO PRESTADOR DE SERVIÇOS. O simples descumprimento de normas de proteção ao trabalho não é conducente a se concluir pela configuração do trabalho escravo, pressupondo este o cerceio à liberdade de ir e vir.²³⁴

Verifica-se que, de acordo com o entendimento do STF no decorrer do referido julgamento, a caracterização do trabalho análogo ao de escravo dependia da existência da restrição de liberdade do trabalhador, sendo que outros tribunais também adotaram a interpretação mais restritiva do artigo 149º do CPB ao julgar os casos relacionados à prática em questão.

Ao mesmo tempo, a discussão em relação aos bens tutelados pelo referido tipo penal tornaram-se constantes nos Tribunais brasileiros. Diversos juristas começaram a defender a adoção da interpretação mais ampla do artigo 149º do CPB, consubstanciada na caracterização do tipo penal mediante a ocorrência de uma das situações previstas no dispositivo legal.

Aos poucos, a interpretação mais ampla do referido tipo penal foi tornando-se a posição majoritária dos principais tribunais competentes para a análise do crime em questão. No que se refere à interpretação mais ampla do artigo 149º, ressalta-se o ensinamento de Marcello Ribeiro Silva:

A caracterização do trabalho análogo ao de escravo requer a restrição ao direito de liberdade apenas nas modalidades abrangidas pelo conceito de trabalho forçado, pois nesse caso, o bem jurídico tutelado pela norma é primordialmente a liberdade individual. Quando, no entanto, se tratar de trabalho degradante ou de jornada exaustiva, a caracterização do trabalho análogo ao de escravo dispensa qualquer restrição ao direito de liberdade da vítima, já que nessas hipóteses, não se cuida de trabalho forçado, almejando o legislador a proteção da dignidade da pessoa humana, alçada pelo art. 1º, III, da CF/1988, [...] e que constitui a própria essência dos direitos fundamentais.²³⁵

²³³ MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo*, cit., p. 131.

²³⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 466-508-5. Recorrente: Ministério Público Federal. Recorrido: Miguel de Souza Rezende. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 2 de Outubro de 2007.

²³⁵ SILVA, Marcello Ribeiro, *O desafio de definir trabalho análogo ao de escravo*, cit.

Em março de 2012, em decisão inédita, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar um Inquérito em que se verificou a submissão de trabalhadores a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho, decidiu, por maioria dos votos, que para a configuração do crime previsto no art. 149º do CPB não é necessário que se prove o cerceamento da liberdade de locomoção do trabalhador, sendo suficiente a submissão da vítima “a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas estabelecidas no tipo penal²³⁶.

O julgamento do Inquérito nº 3.412/AL pelo Supremo Tribunal Federal representou um novo marco na compreensão da escravidão contemporânea pelo Poder Judiciário brasileiro. O STF, pela primeira vez, ao analisar detalhadamente os principais aspectos caracterizadores do tipo penal, reforçou o posicionamento de que a redação do art. 149º, ao discriminar expressamente as ações que configuram a escravidão contemporânea, acabou por proteger dois bens jurídicos distintos: a dignidade humana e a liberdade do trabalhador.

Tendo em vista a importância do referido acórdão no que se refere à conceituação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, convém destacar os principais pontos discutidos na Suprema Corte.

O Inquérito nº 3.412 de Alagoas trata-se de Ação Penal proposta pelo Ministério Público Federal contra João José Pereira de Lyra pela prática do delito tipificado no art. 149º do CPB. Segundo consta da peça acusatória, o réu teria submetido à jornada exaustiva e a condições degradantes de trabalho 56 empregados da empresa que atuava na produção de derivados da cana-de-açúcar²³⁷. O processo foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal em face da diplomação de João José Pereira de Lyra como deputado federal, ocorrida em 16 de dezembro de 2010.

Em sua defesa, o denunciado alegou que não havia nos autos do processo qualquer elemento a indicar a restrição da liberdade dos trabalhadores que laboravam na empresa. Asseverou também que as infrações trabalhistas verificadas no caso não poderiam ser equiparadas à prática de trabalho análogo ao de escravo e que todas as irregularidades já haviam sido solucionadas. Mencionou, ainda, a possibilidade de afastar o dolo tendo em

²³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.412/AL. Autor: Ministério Público Federal. Investigados: João José Pereira de Lyra e Antônio José Pereira de Lyra. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 29 de Março de 2012.

²³⁷ SILVA, Claudia Fernanda Noriler; PUHL, Adilson Josemar, “Trabalho Escravo Contemporâneo: Novo paradigma a partir do Inquérito 3.412-Alagoas”. In *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, Vol. 15, nº 30, Jul./Dez. 2013, p. 227.

vista que, segundo o acusado, “dos mais de 3.300 trabalhadores da empresa, apenas 56 foram encontrados em situação irregular”²³⁸.

O Ministério Público Federal, por sua vez, representado pelo Procurador-Geral da República, enfatizou que as condutas caracterizadoras da condição análoga à de escravo são alternativas e destacou que o referido tipo penal não exige a sujeição de um número mínimo de trabalhadores submetido às condições descritas²³⁹.

A fiscalização realizada na propriedade rural localizada no estado de Alagoas revelou as péssimas condições de higiene, alimentação, transporte e alojamento a que eram submetidos os trabalhadores, sendo que estes ainda eram submetidos às jornadas exaustivas de trabalho²⁴⁰.

A Suprema Corte, composta por onze Ministros, deveria, portanto, elucidar determinadas questões sobre os aspectos caracterizadores da escravidão contemporânea no Brasil: a ofensa à dignidade humana do trabalhador é suficiente para caracterizar o trabalho escravo contemporâneo? A submissão à jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho, sem que haja o cerceio à liberdade do trabalhador, podem configurar o crime em questão?

O Ministro Marco Aurélio, relator do referido processo, ao iniciar a discussão sobre as questões suscitadas, manifestou-se no sentido de não considerar o trabalho escravo contemporâneo um tipo penal alternativo. Segundo o entendimento do Ministro:

O fenômeno pressupõe coação física ou moral, ou seja, impor-se contexto capaz de levar o prestador dos serviços a obedecer a ordens e vontade de outrem sem a possibilidade de reação. [...] No caso, não vislumbro, na denúncia, a narração de prática nesse sentido. O que se nota é uma série de imputações a consubstanciarem a responsabilidade não penal, mas cível-trabalhista. [...] Na espécie, a não observância das normas trabalhistas, consideradas as condições de trabalho, a deficiência de equipamentos de proteção e o estado precário dos alojamentos, não configura o tipo penal. [...] Somente haverá conduta típica prevista no artigo 149º do Código Penal se demonstrado pelo Estado-acusador o cerceio à liberdade de ir e vir dos prestadores de serviço, a impossibilitá-los de reagir ou deixar o local de trabalho, diante de quadro opressivo imposto pelo empregador. A assim não se entender, forçoso será concluir que, especialmente no interior do Brasil, em trabalhos no campo, há não

²³⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.412/AL, cit., pp. 4-5.

²³⁹ Ibidem, p. 5.

²⁴⁰ Ibidem, p. 7.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

apenas o desrespeito às normas trabalhistas, mas a submissão generalizada do homem trabalhador a condição análoga à de escravo.²⁴¹

Segundo o entendimento do referido Ministro, que votou pelo não recebimento da denúncia, não existia nos autos do processo qualquer indício de que os trabalhadores tiveram a sua liberdade individual restringida ou de que tivessem sido submetidos à coação moral ou psicológica, considerando o cerceio à liberdade do trabalhador um elemento essencial à tipificação da prática em questão²⁴².

O Ministro ainda mencionou que a situação precária vivenciada pelos trabalhadores era prática comum, particularmente, na utilização de mão de obra sazonal no setor produtivo da cana-de-açúcar no Brasil. Nesse sentido, o Ministro citou o posicionamento do professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Gervásio Castro de Rezende:

É claro que, do ponto de vista do trabalhador migrante sazonal, o que interessa é a ‘renda líquida’ que levará para casa no final da jornada, e que servirá de base para satisfazer as necessidades de sua família e suas próprias no futuro. Visto dessa maneira, não deveria surpreender que as condições de alimentação e alojamento de tais trabalhadores fossem precárias: é que, assim, reduz-se o gasto com as necessidades básicas, sobrando mais renda monetária no final da jornada, que é o que importa para o trabalhador e sua família. [...] Note-se que é também muito comum imputar-se ao empreiteiro e ao agricultor a acusação de reduzir o trabalhador à situação “análoga à condição de escravo” ou “degradante”. Isso teria relação com as condições inadequadas de alojamento e alimentação, ainda mais quando se consideram os padrões, sempre bastante elevados e completamente irrealistas, requeridos pelas normas trabalhistas. [...] O problema com essa acusação mais ‘branda’ de escravidão é ignorar que as condições de alimentação e alojamento decorrem de duas causas, já apontadas antes: em primeiro lugar, expressam também uma opção do trabalhador, uma vez que maiores despesas em condições de trabalho e alimentação implicam uma redução do salário líquido que ele poderá levar para casa; e, em segundo lugar, o maior risco da taxa de retorno da atividade agrícola acaba afetando, negativamente, também o salário pago ao trabalhador.²⁴³

De acordo com o Ministro, diante da natureza dos fatos imputados, as irregularidades deveriam ser discutidas apenas no âmbito do Direito Laboral, tendo em

²⁴¹ Ibidem, p. 9.

²⁴² Ibidem, p. 17.

²⁴³ REZENDE, Gervásio Castro de, “Existe Realmente Trabalho Escravo na Agricultura Brasileira?”. In *Revista de Política Agrícola*, nº 2 (abril/maio/junho/2009).

vista que não considerava tais condutas tipificadas pela Justiça Criminal. Por esses motivos, o Ministro Marco Aurélio posicionou-se pelo não recebimento da denúncia²⁴⁴.

Outros três Ministros do STF também votaram pelo não recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, seguindo a argumentação de que o crime previsto no artigo 149º do CPB protege tão somente a liberdade individual dos trabalhadores.

O Ministro Gilmar Mendes alertou que, ao criminalizar as condutas vislumbradas na denúncia, pretende-se “idealizar” o trabalho rural praticado no Brasil. Ademais, considerou inconsequente considerar, para efeitos penais, irregularidades que versavam, por exemplo, sobre o tamanho das camas dos trabalhadores ou sobre as medidas das janelas dos alojamentos²⁴⁵.

O Ministro Dias Toffoli, corroborando o posicionamento do Ministro Gilmar Mendes, ressaltou que o bem tutelado pelo artigo 149º do CPB é somente a liberdade do trabalhador. Observou, ainda, que se o Judiciário configurasse como crime a prática dessas irregularidades laborais colocaria em risco a produção do setor agropecuário brasileiro, responsável por 35% do PIB do país²⁴⁶.

Diante das mesmas justificativas, o Ministro Celso de Mello não verificou presentes os elementos caracterizados do artigo 149º do CPB no caso em questão²⁴⁷.

Com posicionamentos divergentes se apresentaram as Ministras Rosa Weber e Carmen Lúcia e os Ministros Ayres Brito, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux e Cezar Peluso, maioria dos ministros presentes à votação, que se posicionaram pelo recebimento da denúncia, uma vez que consideraram a dignidade da pessoa humana um dos bens tutelados pelo artigo 149º do CPB.

De acordo com a Ministra Rosa Weber, o referido tipo penal apresenta uma aplicação alternativa, devendo a prática da escravidão contemporânea ser analisada sob o contexto atual das relações de trabalho e da vida moderna²⁴⁸. Nesse sentido, a Ministra se posicionou:

²⁴⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.412/AL, cit., p. 21.

²⁴⁵ Ibidem, p. 52.

²⁴⁶ Ibidem, p. 48.

²⁴⁷ Ibidem, p. 61.

²⁴⁸ Ibidem, p. 26.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

A escravatura foi abolida do ordenamento pátrio através da Lei Áurea, datada de 13 de maio de 1888. Todavia, não estamos tratando aqui da escravidão como era conhecida no Brasil Imperial, onde as pessoas eram despidas de todo traço de cidadania, mas da neo-escravidão, porquanto a lei não ampara mais tal desumanidade. Dessa forma, não existem mais escravos propriamente ditos, mas cidadãos rebaixados à condição de escravo, em ofensa grave a um dos principais fundamentos do Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade da pessoa humana. [...] Não se trata, portanto, de procurar “navios negreiros” ou “engenhos de cana” com escravos, como existiam antes da abolição, para aplicar o art. 149º do Código Penal. A “escravidão moderna” é mais sutil e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos.²⁴⁹

Para a Ministra, “a violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade do trabalhador de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa reduzir alguém à condição análoga à de escravo”²⁵⁰. Ressaltou ainda:

Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. Mas se a afronta aos direitos assegurados pela legislação regente do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149º do Código Penal, pois conferido aos trabalhadores tratamento análogo ao de escravos, com a privação de sua liberdade e de sua dignidade, mesmo na ausência de coação direta contra a liberdade de ir e vir. Essa interpretação é favorecida pela redação atribuída ao art. 149º do Código Penal pela Lei nº 10.803. Observa-se que o tipo penal descreve condutas alternativas que isoladamente caracterizariam o trabalho escravo (“quer” isso, “quer” aquilo). [...] Não se trata de prestigiar acriticamente a interpretação literal, mas de reconhecer que a redação expressa é consentânea com o atual contexto da “escravidão moderna”. Portanto, concluo que, para a configuração do crime do art. 149º do Código Penal, não é necessária a coação física da liberdade de ir e vir, ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas cuja presença deve ser avaliada caso a caso.²⁵¹

Por sua vez, a Ministra Carmem Lúcia acompanhou os fundamentos da Ministra Rosa Weber e também votou pelo recebimento da denúncia²⁵².

O Ministro Ayres Brito, ao votar pelo recebimento da denúncia, contestou a alegação de que, no caso em questão, foram verificadas meras irregularidades laborais.

²⁴⁹ Ibidem, pp. 26-27.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Ibidem, pp. 27-28.

²⁵² FERNANDES, Juliano Gianechini, “Breves considerações sobre o julgamento do Inquérito 3.412 Alagoas pelo Supremo Tribunal Federal”. In *Revista da AJURIS*, Vol. 41, nº 134, Junho de 2014, p. 609.

Para o Ministro, as irregularidades encontradas deveriam ser tratadas com mais seriedade, considerando-se que, conforme disposto na denúncia oferecida, as condições laborais e de alojamento a que os trabalhadores eram submetidos revelavam a total precariedade a que estavam sujeitos, sendo que também eram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho²⁵³. Por último, o Ministro salientou que, ainda que a agroindústria exerça papel relevante na economia brasileira, é importante enfatizar que, assim como todo empreendimento econômico, ela deve cumprir a sua função social²⁵⁴.

O Ministro Ricardo Lewandowski, por sua vez, ressaltou que o artigo 149º se subdivide em vários comportamentos ilícitos. Nesse sentido, a submissão dos trabalhadores ao labor degradante e a jornadas exaustivas também caracterizam o tipo penal abordado. Sendo assim, o Ministro também recebeu a denúncia²⁵⁵.

O Ministro Luiz Fux, que igualmente votou pelo recebimento da denúncia, salientou a importância de se proteger o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III da CRFB). Segundo o Ministro:

Um dos aspectos que mais tem chamado a atenção da modernidade é a constitucionalização dos direitos. Significa que a Constituição Federal passa a ter normatividade suficiente e aplicabilidade imediata na solução dos conflitos intersubjetivos. E o que é mais importante: toda exegese que se possa levar a efeito em relação à legislação infraconstitucional tem necessariamente de perpassar pelo tecido normativo da Constituição Federal.²⁵⁶

Em relação ao argumento do acusado de que “somente” 56 empregados, de um total de 3.300, se encontravam em situação irregular, o Ministro Luiz Fux mencionou que, diante das péssimas condições laborais demonstradas na denúncia, “bastaria que um só fosse encontrado nessa situação para que merecesse a repugnância sociológica e jurídica da Corte”²⁵⁷.

O último a votar pelo recebimento da denúncia foi o Ministro Cezar Peluso. Em sua manifestação concluiu que, após a alteração introduzida pela Lei nº 10.803/2003, o tipo penal visa proteger não somente a liberdade do trabalhador, mas também a dignidade da pessoa humana. Nas palavras do Ministro, “basta, portanto, que esteja caracterizado o fato

²⁵³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.412/AL, cit., pp. 25-26.

²⁵⁴ Ibidem, p. 49.

²⁵⁵ Ibidem, pp. 42-43.

²⁵⁶ Ibidem, p. 30.

²⁵⁷ Ibidem, p. 33.

de um trabalhador ser submetido a condições aviltantes, humilhantes ou degradantes, para que se configure teoricamente o crime”²⁵⁸.

Convém reportar que o Ministro Joaquim Barbosa não esteve presente à sessão em questão. Dessa forma, foram seis votos a favor do recebimento da denúncia e quatro votos contrários.

Verificou-se, portanto, que a maioria dos Ministros utilizou-se do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como o principal instrumento para a interpretação do art. 149º do CPB. Os argumentos apresentados na discussão desse Inquérito foram de relevante importância para se promover o efetivo combate à escravidão contemporânea no Brasil em seu alcance mais amplo²⁵⁹.

O posicionamento majoritário da Suprema Corte de que a escravidão contemporânea caracteriza-se pela prática alternativa das condutas estabelecidas no tipo penal, comprova que o Poder Judiciário brasileiro passou a analisar a referida prática considerando o atual contexto das relações laborais, de forma a proteger o trabalhador brasileiro também das condições laborais precárias que ainda são frequentes em determinadas regiões do país.

²⁵⁸ Ibidem, pp. 57-58.

²⁵⁹ SILVA, Claudia Fernanda Noriler; PUHL, Adilson Josemar, *Trabalho Escravo Contemporâneo: Novo paradigma a partir do Inquérito 3.412-Alagoas*, cit., p. 229.

CONCLUSÕES

As formas de escravidão vivenciadas no passado apresentam características muito distintas entre si, assim como também em relação ao trabalho escravo praticado nos dias atuais. No entanto, é certo que, quando apreciados a partir de um olhar contemporâneo, retratam também muitas semelhanças. A prática da escravatura reduz o trabalhador à condição de mera força de trabalho, restringindo a sua autonomia individual e desrespeitando a dignidade da pessoa humana.

O trabalho escravo contemporâneo é um fenômeno cada vez mais frequente no processo de globalização caracterizado pela acirrada competitividade e desigualdade social, estando a prática presente tanto nos setores informais da economia dos países menos desenvolvidos quanto nas grandes e modernas empresas e em suas cadeias produtivas. Ainda que diversos países tenham compartilhado recursos e esforços com o objetivo de combater a prática do trabalho em tais condições, essa forma de exploração humana ainda é uma realidade recorrente em diferentes regiões do mundo.

No Brasil, o número de pessoas resgatadas em situações análogas às de escravo, no período entre 1995 e 2014, totalizou mais de 47 mil trabalhadores. A prática é utilizada principalmente nos setores econômicos referentes à agropecuária, extração vegetal, produção de carvão, construção civil e indústria têxtil.

Nos termos do artigo 149º do CPB, em consonância com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.803/2003, considera-se crime, “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Após mais de dez anos da alteração do artigo 149º do CPB, ainda persiste a discussão na doutrina e nos tribunais brasileiros acerca dos aspectos caracterizadores do crime em questão.

É importante salientar que, atualmente, tanto a doutrina quanto a jurisprudência brasileira utilizam a interpretação mais ampla do conceito de trabalho escravo contemporâneo, respeitando a modificação trazida pela Lei nº 10.803/2003. A redução do trabalhador à condição análoga à de escravo não ocorre apenas quando a sua liberdade

individual é cerceada, mas também quando as condições laborais a que ele esteja submetido afrontem o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento constitucional do Estado Democrático de Direito (art. 1º da CRFB). Convém ressaltar, portanto, que o referido tipo penal protege dois bens jurídicos fundamentais: a liberdade individual e a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, basta a caracterização de uma das situações previstas no artigo 149º do CPB para que o crime se configure. Com efeito, a restrição da liberdade individual do trabalhador não é mais elemento essencial para a caracterização do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Dessa forma, o trabalho análogo ao de escravo caracteriza-se pela prática de uma das condutas previstas no referido tipo penal: a submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a prática da servidão por dívidas.

O trabalho forçado representa o primeiro modo de execução previsto no artigo 149º do CPB e consiste no labor realizado contra a vontade do trabalhador, de forma a restringir a sua liberdade individual. A obrigatoriedade na prestação dos serviços é a característica marcante desse modo de execução. A submissão à prática de trabalhos forçados se comprova mediante o constrangimento do trabalhador a permanecer no exercício de suas funções laborais.

A prática do trabalho forçado, estabelecida no artigo 149º do CPB, assemelha-se ao conceito previsto pela Convenção nº 29 da OIT, que define o trabalho forçado como “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”.

Convém destacar que a restrição da liberdade do trabalhador pode ser observada em diferentes circunstâncias: pela coação física, pela coação psicológica e/ou moral (como no caso da “servidão por dívidas”), pela ameaça de punição de natureza financeira e pela retenção de documentos pessoais ou de pertences da vítima.

O segundo modo de execução do tipo penal refere-se à submissão do empregado a jornadas exaustivas de trabalho. A jurisprudência e a doutrina brasileiras têm adotado posicionamento uniforme ao se caracterizar esse modo de execução, sendo este considerado a jornada laboral de natureza física ou mental que, por sua extensão ou

intensidade, cause esgotamento das capacidades corpóreas e produtivas do trabalhador, ainda que transitoriamente, acarretando, em consequência, riscos a sua segurança e/ou a sua saúde.

O elemento caracterizador dessa prática é o esgotamento físico e psicológico do trabalhador diante do labor efetuado, independentemente do tempo de jornada realizado. Dessa forma, evidencia-se que a simples ocorrência de horas extraordinárias não é suficiente para configurar a prática em questão, tornando-se essencial a comprovação do exaurimento físico ou psicológico do empregado.

O trabalho em condições degradantes, por sua vez, constitui o terceiro modo de execução do crime previsto no artigo 149º do CPB. A prática em questão representa grande parte dos casos em que o trabalho análogo ao de escravo é caracterizado nos Tribunais brasileiros. Esse também é o modo de execução que mais suscita dúvidas quanto aos seus aspectos caracterizadores, visto que o enquadramento nessa prática pode ser obtido através da constatação de diferentes elementos.

De acordo com a doutrina brasileira, o trabalho em condições degradantes consiste no labor desempenhado sem as garantias mínimas de saúde e segurança, além da ausência de condições básicas de trabalho, de moradia, de higiene e de alimentação. Pode-se afirmar que esse modo de execução é caracterizado pelo conjunto de elementos irregulares que comprovam a precariedade do trabalho e das condições de vida às quais o trabalhador foi submetido e que atentam contra a dignidade da pessoa humana. Convém ressaltar que o princípio da dignidade da pessoa humana é o elemento orientador desse modo de execução.

É importante também mencionar que o não cumprimento eventual dos direitos trabalhistas não caracteriza o trabalho em condições degradantes. É preciso que ocorra a reiteração da conduta, de modo que a violação dos direitos fundamentais mínimos do trabalhador seja prática constante ou permanente naquele determinado contexto laboral.

O quarto e último modo de execução do trabalho análogo ao escravo previsto no referido tipo penal é a servidão por dívidas. Essa prática ilícita consiste na restrição da liberdade do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador. Pode-se afirmar que a servidão por dívidas é uma espécie do modo de execução trabalho forçado, uma vez que se baseia na restrição da liberdade do empregado, realizada por meio da coação física ou moral, motivada pela existência de dívida contraída com o empregador.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

A servidão por dívidas é especialmente comum em casos de trabalho em locais de difícil acesso, onde não existem estabelecimentos comerciais próximos e, conseqüentemente, se estabelece a dependência do empregado ao empregador no que se refere à obtenção de gêneros de primeira necessidade, tais como alimentos, roupas, remédios e até mesmo equipamentos de trabalho. Nessa situação, o empregado se vê subjugado ao empregador, mediante coação física e/ou moral, justificada pela existência de um suposto débito contraído por aquele.

O referido modo de execução, muitas vezes, se materializa, sem que o trabalhador tenha o conhecimento de que a prática é ilícita. Em algumas situações, constata-se a “aceitação” da própria vítima, que acredita que deve permanecer no local de trabalho até que a dívida seja quitada. No entanto, de acordo com os tribunais brasileiros, não importa se a origem da dívida é lícita ou ilícita, tendo em vista que é proibido obstar, em qualquer situação, a liberdade de locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída no âmbito da relação de trabalho.

Conclui-se, portanto, que o trabalho em condições análogas à de escravo, segundo a jurisprudência brasileira, pode ser caracterizado pelas seguintes condutas, de forma alternativa: a) submeter o trabalhador ao labor forçado (aquele exercido contra a vontade do trabalhador, de forma a restringir a sua liberdade individual); b) sujeitar o trabalhador à jornada exaustiva (labor capaz de levar o trabalhador à exaustão e ao esgotamento físico e/ou psicológico); c) submeter o obreiro a condições degradantes de trabalho (labor desempenhado sem as condições mínimas de trabalho); ou d) restringir, por qualquer meio, a locomoção do obreiro em virtude de débito contraído com o empregador ou preposto (a denominada “servidão por dívidas”).

Convém ressaltar que o crime previsto no art. 149º do CPB somente será caracterizado caso a afronta aos direitos assegurados pela legislação laboral seja intensa e persistente, se atingir níveis extremos e se os trabalhadores estiverem submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de labor ou à prática da servidão por dívidas, tendo em vista que a privação da liberdade e/ou da dignidade do trabalhador confere a eles tratamento análogo ao de escravos. O trabalho escravo contemporâneo, portanto, não se limita à prática de simples infrações trabalhistas, mas representa uma grave violação dos direitos humanos dos indivíduos envolvidos.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

No Brasil, o trabalho análogo ao de escravo é ainda praticado por grupos de empregadores que utilizam a mão de obra escrava em sua produção, contrariando os preceitos fundamentais da Constituição Federal do Brasil.

Torna-se importante enfatizar que ainda há um longo caminho a percorrer para a erradicação da escravidão contemporânea no Brasil. Verifica-se a necessidade de uma efetiva fiscalização por parte dos órgãos governamentais responsáveis e um maior rigor na punição dos empregadores e aliciadores que promovem essa prática criminosa tipificada no artigo 149º do CPB. Ademais, a pena prevista para o crime em questão é considerada desproporcional, tendo em vista a gravidade que a infração criminosa, sendo que, em algumas situações, a pena restritiva de liberdade é convertida em pena restritiva de direitos, a exemplo da prestação de serviços à comunidade ou ao pagamento de multas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES, *Política*. Edição bilíngue. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes; Introdução de Mendo Castro Henriques. Lisboa: Vega, 1998. ISBN 972-699-561-2.

ABRAMO Laís; MACHADO Luiz, “O combate ao trabalho forçado: um desafio global”. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende; DE SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (Organizadores), *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. ISBN 978-85-361-1968-7.

AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS, *Governo resgatou 1590 do trabalho escravo em 2014*. Publicado em 30 de Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/governo-resgatou-1590-do-trabalho-escravo-em-2014/>>.

ALVES, Francisco, “Por que morrem os cortadores de cana?”. In *Revista Saúde e Sociedade*, Vol. 15, n° 3, São Paulo, Set./Dez., 2006. ISSN 0104-1290.

ALVES, Francisco; NOVAES, José Roberto P., “Precarização e pagamento por produção: a lógica do trabalho na agroindústria canavieira”. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende, DE SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (Organizadores), *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. ISBN 978-85-7478-381-9.

ANDRADE, Denise Lapolla de Paula Aguiar, “A Lei n. 10.803/2003 e a nova definição de trabalho escravo – diferenças entre trabalho escravo, forçado e degradante”. In *Revista do Ministério Público do Trabalho*, São Paulo, março, v. 15, n. 29, 2005.

BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo, *Crimes Federais*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN 978-85-0222418-6.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

BAZZAN, Felipe Tancini, *Trabalho escravo contemporâneo*. Ribeirão Preto: UniCOC, 2006.

BONFIM, Vólia, *Direito do Trabalho*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. ISBN 978-85-3095481-9.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho escravo: caracterização jurídica*. São Paulo: LTr, 2014. ISBN 978-85-361-3106-1.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de, *Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho: trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2013. ISBN 978-85-361-2549-7.

BROECKER, Amanda Fernandes Ferreira, *Combate e erradicação do trabalho escravo por dívida no Brasil*. Brasília: Conteúdo Jurídico, 2012.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa, *A escravidão romana entre os séculos III a.C e I d.C e a sua reflexão pelos pensadores dos séc. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.academia.edu/1787155/Escravid%C3%A3o na Roma Antiga Slavery in Ancient Rome and its reflection in the eighteenth and nineteenth century](http://www.academia.edu/1787155/Escravid%C3%A3o_na_Roma_Antiga_Slavery_in_Ancient_Rome_and_its_reflection_in_the_eighteenth_and_nineteenth_century)>.

CAPEZ, Fernando, *Direito Penal simplificado: Parte Geral*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85-02- 20504-8.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Levantamento do CNJ revela 428 processos por tráfico de pessoas e trabalho escravo no País*. Publicado em 6 de Junho de 2013.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60261-levantamento-do-cnj-revela-428-processos-por-traffic-de-pessoas-e-trabalho-escravo-no-pais>>.

CORTEZ, Julpiano Chaves, *Trabalho escravo no contrato de emprego e os direitos fundamentais*. São Paulo: LTr, 2013. ISBN 978-85-361-2577-0.

DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos, *Situações análogas ao trabalho escravo: reflexos na ordem econômica e nos direitos fundamentais*. 1ª ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2014. ISBN 978-85-8248-046-5.

DUMOND, E. (ed.), *Oeuvres de Jeremy Bentham*. 3.ª ed. Bruxelas: Société Belge de Librairie, 1840.

FERNANDES, Juliano Gianechini, “Breves considerações sobre o julgamento do Inquérito 3.412 Alagoas pelo Supremo Tribunal Federal”. In *Revista da AJURIS*, Vol. 41, nº 134, Junho de 2014. ISSN 2358-2480.

HESPANHA, António Manuel, *Cultura Jurídica Européia*.

JORGE NETO, Francisco Ferreira, *Direito do Trabalho*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN 978-85-224-7614-5.

LÉVY-BRUHL, Henry, *Quelques problèmes du très ancien droit romain: essai de solutions sociologiques*. Paris: Domat-Montchrestien, 1934.

LIMA, Firmino Alves, “A jurisprudência sobre a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil”. In NOCCHI, Andrea Saint Pastous, et al (Coord.), *Trabalho Escravo Contemporâneo: O desafio de superar a negação*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2011. ISBN 978-85-361-1968-7.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

LOPES, José Reinaldo de Lima, *O direito na história: lições introdutórias*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 978-85-22490-813.

MASSON, Cléber, *Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. ISBN 978-85-309-4586-2.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de, “Abolição no Brasil: A construção da liberdade”, in *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 36, 2009. ISSN 1676-2584.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, *Área de atuação: trabalho escravo*. Disponível em:
<http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/area_de_atuacao/trabalho_escravo>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Cartilha *O trabalho escravo está mais próximo do que você imagina*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Quadro Geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE 1995 a 2013*. Disponível em:

[URL:http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf)>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *Roteiro de atuação contra a escravidão contemporânea*. Brasília: MPF, 2012. Disponível em:
<http://www.trabalhoescravo.mpf.mp.br/trabalho-escravo/imagens/rot_atua_trabalho_escravo.pdf>.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira, *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*. São Paulo: LTr, 2011. ISBN 978-85-361-8297-1.

MOLETTA, Cléber, *Ninguém é preso por trabalho escravo*. Gazeta do Povo, Texto publicado na edição impressa de 10 de junho de 2013.

MOURA, Carolina, “Formas de combate ao trabalho escravo”. In AMARANTE, João Armando Moretto; WEISZFLOG, André (Coordenadores), *Direito humanos em movimento*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85-021-9557-8.

NEVES, Débora Maria Ribeiro, *Trabalho escravo e aliciamento*. São Paulo: LTr, 2012. ISBN 978-85-361-2189-5.

NUNES, Rizzato, *Manual de introdução ao estudo do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN 978-85-02-21873-4.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Combate ao trabalho escravo: perguntas e respostas*. Disponível em WWW:<URL: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/faq/index.php>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *História da OIT*. Disponível em WWW:<URL: <http://www.oit.org.br/content/hist%C3%B3ria>>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Lucro e pobreza: A economia do trabalho forçado*. Disponível em WWW:<URL: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/apresenta%C3%A7%C3%A3o_genebra%20%5Bcompatibility%20mode%5D_1136.pdf>.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *OIT adota novo Protocolo para combater as formas modernas de trabalho forçado*. Disponível em WWW:<URL: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-adota-novo-protocolo-para-combater-formas-modernas-de-trabalho-forcado>>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/doc/perfil_completo_624.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho*, 93ª Reunião. Genebra: OIT, 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. SAKAMOTO, Leonardo (Coord.), *Trabalho escravo no Brasil do século XXI*, 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_seculo_xxi_315.pdf>.

PALO NETO, Vito, *Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2006. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/UWBJBFAGHHHH.pdf>>.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “A pretensa justificação humanitária da escravidão: <o escravo da força> e o <escravo da fome>”, in *Revista da FCSH*, vol. 2, nº 8, 1995. ISSN 0871-2778.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

PYL, Bianca, *Número de libertados diminui, registra Pastoral da Terra*, 2011. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1968>>.

REPÓRTER BRASIL. *Perguntas e respostas sobre o trabalho escravo e a PEC 57A/199 (ex-PEC 438/2001)*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/perguntas-e-respostas/>>.

REPÓRTER BRASIL. *Trabalho Escravo Contemporâneo: 20 anos de combate (1995-2015)*. São Paulo, 2015. Disponível em WWW:<URL: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/folder20anos_versaoWEB.pdf>.

REZENDE, Gervásio Castro de, “Existe Realmente Trabalho Escravo na Agricultura Brasileira?”. In *Revista de Política Agrícola*, nº 2 (abril/maio/junho/2009). ISSN 1413-4969.

RIBEIRO JÚNIO, José Hortêncio, “Tutela inibitória nas ações coletivas – instrumento eficaz na preservação da dignidade da pessoa humana e na erradicação do trabalho escravo ou degradante”. In *Ação coletiva na visão de Juízes e Procuradores do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006. ISBN 978-85-36117423.

RODRIGUES, Maria Cristina Fernandes, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Tese de Doutorado. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2012.

RODRIGUES, Ricardo, *Lyra, rico e com má fama*. Publicado no Jornal O Estado de São Paulo em 7 de Outubro de 2010. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lyra-rico-e-com-ma-fama-imp-,621663>>.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

ROSSI, Rafael Alves, *As revoltas de escravos na Roma antiga e o seu impacto sobre a ideologia e a política da classe dominante nos séculos II a.C. a I d.C.* Tese de Mestrado. Niterói, UFF, 2011.

RUSSOMANO, Mozart Victor, *Curso de Direito do Trabalho*. 6ª ed. Curitiba: Juruá, 1997. ISBN 85-36201797.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Machione, *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85-02-21256-5.

SCAFF, Luma Cavaleiro de Macedo, *Sistema de proteção dos Direitos Humanos e trabalho forçado: O Brasil e a Organização Internacional do Trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2010.

SAKAMOTO, Leonardo, *Escravos são encontrados em fazenda de dono de TV na Bahia*, 2011. Disponível em WWW:<URL: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2011/08/31/escravos-sao-encontrados-em-fazenda-de-dono-de-tv-na-bahia/>>.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, *Combate ao trabalho escravo*. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/trabalho_escravo>.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, *Manual de recomendações de rotinas de prevenção e combate ao trabalho escravo de imigrantes*. Brasília, 2013. Disponível em WWW:<URL: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Manual-Trabalho-Escravo-Imigrantes.pdf>>.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

SILVA, Claudia Fernanda Noriler; PUHL, Adilson Josemar, “Trabalho Escravo Contemporâneo: Novo paradigma a partir do Inquérito 3.412-Alagoas”. In *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, Vol. 15, nº 30, Jul./Dez. 2013. ISSN 1516-7674.

SILVA, Cristina Nogueira da, “Escravidão e Direitos Fundamentais no século XIX”. In *Africana Studia, Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14. ISSN 0874-2375.

SILVA, Marcello Ribeiro, “O desafio de definir trabalho análogo ao de escravo”. In *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo: abril/junho, v. 35, n. 134, 2009.

SOARES, Ricardo Maurício Freire, *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: em busca do direito justo*. São Paulo : Saraiva, 2010. ISBN 978-85-02-13945-9.

TRUFFI, Renan, *Brasil avança na fiscalização, mas não pune nem 10% dos casos de trabalho escravo*, 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/brasil-avanca-na-fiscalizacao-mas-nao-pune-nem-10-dos-casos-de-trabalho-escravo-20120128.html>>.

VASCONCELOS, Beatriz Ávila, “O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma antiga ao Brasil contemporâneo”. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende, DE SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (Organizadores), *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. ISBN 978-85-7478-381-9.

WALVIN, James, *A short history of slavery*. Londres: Penguin Books, 2007. ISBN 978-0141027982.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS E OFICIAIS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, de 5 de Outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, nº 191-A, p.1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2848/1940*, que estabelece o Código Penal Brasileiro, de 7 de Dezembro de 1940. Diário Oficial da União, Brasília, p. 2.391. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>.

BRASIL. *Decreto-Lei 5.452/1943*, que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, de 9 de Agosto de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, p. 11937. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, *Instrução Normativa nº 91*, de 5 de Outubro de 2011. Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1930. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.oit.org.br/node/449>> .

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 95*. Aprovada na 32ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1949.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1956.

JURISPRUDÊNCIA

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 41.921/PA. Agravante: Aldimir Lima Nunes. Agravado: Ministério Público Federal. Relatora: Exma. Sra. Ministra Laurita Vaz. Brasília, 2 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.564/MG. Autor: Ministério Público Federal. Investigado: João José Pereira de Lyra. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 19 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 466-508-5. Recorrente: Ministério Público Federal. Recorrido: Miguel de Souza Rezende. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 2 de Outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito nº 3.412/AL. Autor: Ministério Público Federal. Investigados: João José Pereira de Lyra e Antônio José Pereira de Lyra. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 29 de Março de 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp>>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. 2ª Turma. Apelação Criminal nº 2007.51.01.811740-9. Apelante: Manoel Trigueiro dos Santos Filho. Apelado: Ministério Público Federal. Desembargador Federal André Fontes. 9 de Maio de 2009. Disponível em: <http://portal.trf2.jus.br/portal/consulta/cons_procs.asp>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação Criminal nº 0006251-28.2002.4.03.6181. Apelante: Nelson Yssac Lima Cruz. Apelado: Justiça Pública. Juiz

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Federal Convocado Leonardo Safi. São Paulo, 17 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaProcessual/>>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. 2ª Turma. Apelação Criminal nº 0005463-65.2004.4.03.6109/SP. Apelante: Justiça Pública. Apelados: José Campioni, Pedro Joaquim Raymundo e Rui Lima Lins. Desembargador Federal Nelton dos Santos. Publicado em 6 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaProcessual/>>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. 5ª Turma. Apelação Criminal nº 0005885-40.2004.4.03.6109. Apelante: Valdeci da Silva Santos. Apelado: Justiça Pública. Desembargadora Federal Ramza Tartuce. Publicado em 7 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaProcessual/>>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação Criminal nº 0006339-85.2006.4.03.6000/MS. Apelantes: Justiça Pública e Ivan Paes Barbosa. Apelados: Os mesmos. Relatora: Desembargadora Federal Ramza Tartuce. São Paulo, 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaProcessual/>>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação criminal nº 0006554-90.2008.4.03.6000/MS. Apelantes: Rubens Saab Boabaid Rovedo e Wagner Luis Dantas. Apelado: Justiça Pública. Desembargadora Federal Relatora: Cecília Mello. São Paulo, 16 de Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaProcessual/>>.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. 8ª Turma. Apelação Criminal nº 5001045-51.2010.404.7211/SC. Apelante: Ângelo de Jesus Quaresma. Apelado: Ministério Público Federal. Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz. Publicado em 3 de Setembro de 2012. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_pesquisa>.

A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2ª Turma. Recurso Ordinário. Processo nº 01447-2011-242-09-00-6. Recorrentes: Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. e Márcio Martins Longo. Desembargadora Relatora Marlene T. Fuverki Suguiatsu. Curitiba, 3 de Dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.trt9.jus.br/internet_base/inicial.do?evento=cookie>.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Recurso Ordinário. Processo nº 0001459-52.2011.5.15.0117. Juiz Relator: Fábio Allegretti Cooper. Publicado em 08/03/2013. Campinas, São Paulo. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/numeracao-unica>>.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. 3ª Turma. Recurso Ordinário nº 0001113-86.2008.5.15.0156 RO. Recorrentes: Santelisa Vale Bioenergia e Rafael Terto da Silva. Desembargador Federal do Trabalho Lorival Ferreira dos Santos. São Paulo, 11 de Fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/numeracao-unica>>.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 3ª Turma. Processo nº 488-84.2012.5.04.0005 (AIRR). Agravante: WMS Supermercados do Brasil Ltda. Agravado: Rogério Camargo. Ministro Relator Alexandre Agra Belmonte. Brasília, 27 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>>.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Os empregados trabalhavam com equipamentos de proteção inadequados.

Imagem retirada de ONG Repórter Brasil. Disponível em:
<http://reporterbrasil.org.br/2010/09/usina-de-candidato-mantem-207-em-quadro-de-trabalho-escravo/> 58

Figura 2 - Os fiscais da Polícia Federal verificam as condições precárias do alojamento dos trabalhadores.

Imagem retirada de Studiofmita. Disponível em:
<<http://www.studiofmita.com.br/Studio/?m=20140820>> 59

Figura 3 - Sem a proteção adequada, trabalhadores aplicavam produtos agrotóxicos na plantação.

Imagem retirada de Divulgação – SRTE/PR 67

Figura 4 - Barraca de lona utilizada como abrigo por parte dos trabalhadores resgatados.

Imagem retirada de Divulgação – SRTE/PR 67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Barraca de lona utilizada como abrigo por parte dos trabalhadores

resgatados. 33

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO	16
1.1 O trabalho escravo: perspectiva histórica.....	16
1.2 O trabalho forçado e a Convenção nº 29 da OIT.....	24
1.3 O trabalho análogo ao de escravo de acordo com a legislação brasileira.....	28
CAPÍTULO II – TRABALHO COM RESTRIÇÃO DA LIBERDADE	37
CAPÍTULO III – JORNADA EXAUSTIVA.....	46
CAPÍTULO IV – TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES	54
CAPÍTULO V – SERVIDÃO POR DÍVIDAS	71
CAPÍTULO VI – O JULGAMENTO DO INQUÉRITO Nº 3.412/AL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	82
CONCLUSÕES	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96